

RESUMO

Esta pesquisa analisa a difusão da *hegemonia neoliberal* no Brasil, nos anos 90, através da grande imprensa nacional - os periódicos Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Por tratar-se de veículo ideológico, a imprensa possui papel-chave no que tange tanto à formulação quanto à transmissão de uma dada hegemonia. No caso, esta se expressa na redefinição, em escala global, do papel do Estado e do *Mercado*, no sentido de orientar (e difundir) reformas em direção a este último. Concretamente, temas como privatização, abertura das economias e desproteção à força de trabalho, entre outros, constituem uma nova *Agenda*, em substituição ao modelo intervencionista (keynesiano e/ou desenvolvimentista) vigente entre os anos 30 e os anos 80.

PALAVRAS-CHAVE

Hegemonia; Agenda; Neoliberalismo; Imprensa

ABSTRACT

This study analyzes the diffusion of *neo-liberal hegemony* in Brazil, in the ninety, through the press - the national newspapers Jornal do Brasil, O Globo, *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. Being the press an ideological vehicle, it has key role in the formulation as well as in the transmission of a certain hegemony. In this case, this hegemony is expressed in the redefinition, in global perspective, of the State and *Market* roles so as to orient (and diffuse) reforms related to the latter. Specifically, themes as privatization, opening of national economies, cessation of labor force protection, among others, constituted the new *Agenda* replacing the intervencionist model (keynesian and/or national development) valid between the thirties and the eighties.

KEY-WORDS

Hegemony, Agenda, Neo-liberalism, Press.

SUMÁRIO

I. Breve introdução	4
II. Os posicionamentos da grande imprensa perante a agenda ultraliberal do Governo Collor	5
III. À guisa de conclusão	70
IV. Bibliografia	72

A AGENDA DA TRANSFORMAÇÃO: A GRANDE IMPRENSA E A HEGEMONIA NEOLIBERAL¹ NO BRASIL (A IMPRENSA E O GOVERNO COLLOR)

THE AGENDA OF THE TRANSFORMATION II: THE PRESS AND THE NEO-LIBERAL HEGEMONY IN BRAZIL

Francisco Fonseca

I. BREVE INTRODUÇÃO

No Brasil, diferentemente do que ocorrera na Europa e em outros países, a Agenda ultraliberal não se torna hegemônica – em termos de sua implementação – nos anos 80, e sim apenas a partir do governo Collor (empossado em 1990). Apesar da brevidade de sua gestão (três anos incompletos), a mesma fora pautada pelos grandes temas do receituário ultraliberal: abertura da economia, privatizações, forte discurso contrário à intervenção do Estado na economia – apesar do brutal choque econômico aplicado e do estilo truculento do presidente² –, desproteção ao Trabalho e ao Capital nacional, dentre outros. Em outras palavras, os temas ultraliberais

¹ Embora mantivéssemos o título original, utilizaremos, neste trabalho, a expressão **ultraliberal**, em vez de neoliberal, devido à vulgarização deste segundo termo, que, desta forma, mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um ultraliberalismo revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda bem determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco.

² Características aliás observáveis em diversos outros países, o que implica possivelmente num *modus operandi* dos governos de alguma forma informados pelo ultraliberalismo.

aportaram aqui uma década depois de espalhar-se por diversos países. É inegável que o estabelecimento do chamado “Consenso de Washington”, um ano antes, contribuiu para tanto. Trata-se, portanto, de observarmos a constituição das idéias ultraliberais, em termos de execução de políticas, sobretudo através da grande imprensa.

II. OS POSICIONAMENTOS DA GRANDE IMPRENSA PERANTE A AGENDA ULTRALIBERAL DO GOVERNO COLLOR

Durante o Governo Collor houve um importante e de certa forma curioso reposicionamento dos periódicos³ tendo em vista suas atuações históricas. Mas os quatro jornais confluíram, em uníssono, ao apoio à agenda ultraliberal representada por Collor. Um impressionante consenso ocorre, fazendo com que formulem as mesmas imagens, possuam as mesmas concepções e se utilizem das mesmas estratégias. As diferenças dizem respeito seja às particularidades de cada jornal seja a certas nuances. Em verdade, o apoio à referida agenda já podia ser observado tanto no *JB* como em *OESP* (que representam a linhagem doutrinária da grande imprensa); quanto ao (governista) *OG* e à (volátil) *FSP*, tal consenso começou a ser construído quando da crise dos planos de estabilização da “Nova República”, assim como na própria Constituinte. Reitere-se, pois fundamental, que as diferenças – de posicionamento no mercado editorial, de filiação doutrinária, de atuação político/ideológica, dentre outras – não impedirão a existência de uma concordância integral, o que é espantoso em se tratando de uma imprensa que afirma a importância do pluralismo.

³ Em virtude da constância com que nos referiremos aos quatro jornais aqui analisados, assim os denominaremos: Jornal do Brasil = *JB*; O Globo = *OG*; Folha de S. Paulo = *FSP*; e O Estado de S. Paulo = *OESP*

Especificamente quanto ao Governo Collor, como a grande imprensa apoiou, direta ou indiretamente e ostensiva ou comedidamente sua candidatura, sobretudo no segundo turno – no primeiro turno apenas *OG* assumiu a campanha Collor, pois, como o próprio Roberto Marinho afirmara após o *impeachment*, Collor foi uma “criação” das *Organizações Globo* –, sua vitória foi vista como a grande chance de se implementar a agenda ultraliberal. Nesse sentido, *OG* (pelo governismo, aliado à sua recém conversão ao privatismo militante), a *FSP* (apoiada em sua, também recente, reversão ideológica, sintetizada no mote “Menos Governo, Menos Miséria”) e o *JB/OESP*, em razão de suas históricas filiações ao liberalismo, verão com grande otimismo a possibilidade tão requisitada do Brasil inserir-se na “onda modernizante” que estaria varrendo o mundo.

Os cerca de três meses que antecederam a posse de Collor, após a vitória no segundo turno, foram de especulação acerca do choque econômico, que se tinha certeza que viria. Em verdade, a grande imprensa demandou por um choque na economia, com o objetivo primordial de estancar a hiperinflação; para tanto, a implementação da agenda ultraliberal – privatização, desregulamentação, abertura da economia, desproteção do capital nacional e da força-de-trabalho, enxugamento do Estado, ajuste fiscal – seria ao mesmo tempo meio e fim, pois os fatores conjugados desta agenda levariam à queda da inflação, na medida em que acabariam com o déficit público. Porém, o mais importante é que esta agenda sintetizaria a “modernidade”, na medida em que seria o passaporte para que o país adentrasse ao “primeiro-mundo”.

Quando o Plano Collor fora decretado, em maior ou menor grau todos os jornais o apoiaram. Pode-se dizer que, embora a *FSP* mudasse seu discurso em virtude da “invasão” da Polícia Federal à sede do jornal, poucos dias depois de sua decretação, a pretexto de que o jornal não estaria respeitando o congelamento de preços, assim como notadamente *OESP* (e em menor medida *OG*) reclamarão do intervencionismo do Estado na implementação de um Plano justificado em nome do liberalismo, os objetivos da agenda ultraliberal, que estariam embutidos nas medidas econômicas,

seriam apoiados de forma ostensiva. Mas o *JB* foi o periódico que mais apoiou o Plano Collor, embora tivesse reclamado que o setor público não fora tão penalizado como o setor privado. Em verdade, muitas vezes a imprensa reclamou da lentidão e das ambigüidades na implementação da agenda ultraliberal, comparando, para tanto, de forma ostensiva o que estava ocorrendo nos outros quadrantes do mundo, do leste europeu à América Latina.

Quanto aos posicionamentos e reposicionamentos da grande imprensa, é interessante notar que o *JB* se transformará em “governista” no Governo Collor, tomando, de certa forma, o lugar de *OG* – que não perdera esta característica, mas se tornará um pouco mais crítico do que o *JB*, por paradoxal que seja. O *JB*, portanto, considera que a missão da candidatura Collor seria a “modernização”, pois: “O conceito de modernização que ele defendeu, ao longo de toda a campanha, está indissolivelmente ligado ao que se entende como desestatização.” (*JB*, 08/02/90). Dessa forma, a bandeira desestatizante, inserida no interior da agenda ultraliberal, será fortemente demandada por toda a grande imprensa, caso do *JB*, que considerou a decretação do Plano Collor a “Última Oportunidade” – título sintomático do primeiro editorial a comentar as medidas – para o país estabilizar sua economia, pois: “Ou o Brasil realiza de uma vez seu *saneamento econômico e moral*, ou o país vai terminar este século diante de gravíssimos problemas sociais e políticos. (...) O pacote baixado (...) reúne o melhor das experiências dos três últimos choques econômicos, temperados por fortíssimos ingredientes ortodoxos nas áreas fiscal e monetária, e pelo liberalismo gradualista na abertura do comércio exterior.” (*JB*, 17/03/90, ênfases nossas). Como se observa, este choque na economia é visto como portador de um papel transformador, uma espécie de “divisor de águas”, a ponto de representar um saneamento não apenas econômico, e sim também “moral”, isto é, relativo a valores e crenças que, no caso, diriam respeito aos balizamentos de uma sociedade capitalista, de mercado, aqui subvertida em razão do intervencionismo histórico. Portanto, as medidas se revestiriam de uma importância econômica e político/ideológica – daí seu apoio vigoroso.

Mas em razão, aparentemente, do entendimento de que o Governo Collor, *mesmo que pela via autoritária*, implementaria a agenda ultraliberal, é que se pode compreender o novo papel, “governista”, do *JB*. Em outras palavras, em nome das crenças e interesses que defende, o jornal considerou fundamental apoiar, ostensivamente, o Governo Collor, sustentando ideologicamente as ações intervencionistas de seu choque econômico. Afinal, para o *JB*: “O presidente está tirando partido da coerência: da retórica liberal à prática da liberdade, a distância começou a encurtar.” (19/03/90). Embora a experiência dissesse o contrário, o jornal se propôs a, de fato, pressionar para o referido encurtamento.

Para *OG* – que, reitere-se, não perdera sua postura “governista”, embora tivesse mostrado preocupação com certos “excessos” do Plano Collor –, a posse do novo presidente seria, por si só, em razão das bandeiras “modernizantes” que defendera, um acontecimento histórico no Brasil, pois: “Ao transformar o discurso em ação, (...) o Presidente procedeu a uma emancipação do cidadão brasileiro tanto no campo econômico como no campo cultural (...)” (*OG*, 18/03/90). Como se vê, *OG* e o *JB* dizem praticamente a mesma coisa quanto ao significado do Governo Collor. No que tange ao Plano Collor: “(...) ele tanto representa um choque, de violência jamais vista no País, como é tecnicamente correto. Tem tudo para dar certo, e precisa dar certo – pois não há alternativa a não ser o caos. (...) [Contudo,] (...) a empresa jogada na falência [em razão da recessão e do confisco da moeda – FCPF] por não ter como honrar sua folha de pagamentos lançará no desemprego todos os seus funcionários (...)” (*OG*, 22/03/90). Não deixa de ser curioso, como dissemos, observar o historicamente governista *OG* fazendo ressalvas ao Plano enquanto o *JB* mantém-se fundamentalmente defensor inveterado do mesmo.

Já a incrivelmente cabotina *FSP* fez questão, antes da posse de Collor, de reafirmar suas desconfianças para com o seu governo. Em verdade, tal exposição ostensiva de ceticismo é resultante de seu projeto editorial, que procura passar a imagem de um jornal “independente e apartidário” – com isso, seus apoios e vetos são justificados como se fossem causas “nobres”, defendidas em nome do “bem-comum”. Assim diz

o jornal sobre si mesmo em relação a Collor: “Esta Folha manifestou reiteradas vezes suas críticas, seu ceticismo, sua desconfiança mesmo diante da candidatura (...) Collor. O seu governo parece, mais do que nunca, uma incógnita (...)” (*FSP*, 15/03/90). Aparentemente, a invasão da Polícia Federal à sede do jornal, ordenada por Collor – episódio híper-valorizado pela *Folha* –, guarda íntima relação com estas críticas da *FSP* a Collor mesmo antes de sua posse. Seu cabotinismo – que se imiscui ao seu papel como *aparelho privado de hegemonia* – é expresso no dia a dia das edições, e pode ser comprovado cabalmente no editorial de primeira página publicado cerca de dois meses antes da posse de Collor, denominado “Choque de coragem”, assim como numa série de editoriais que faziam referência a este: todos tinham o objetivo de *orientar* as ações do novo governo ao formular os termos da agenda ultraliberal⁴. Especificamente quanto ao Plano Collor, manifesta forte apoio, embora ressalve que o setor público fora menos penalizado do que o setor privado – esta crítica, a rigor, fora realizada por toda a grande imprensa, com maior ou menor intensidade dependendo do órgão, o que por si só demonstra os interesses aos quais defende. Para a *FSP*, portanto: “(...) O plano (...) surpreende pelo seu impacto inaudito, pela sua extrema violência. Realiza o mais brutal e imprevisível ajuste de liquidez de que se tem notícia na história brasileira (...) Essa circunstância (...) não compromete contudo as linhas gerais de um programa que se mostra adequado, pela própria radicalidade, à situação desesperadora em que se encontra a economia brasileira.” (17/03/90). Portanto, a *FSP*, que vinha solicitando um forte choque na economia em razão da perspectiva hiperinflacionária, apóia o Plano Collor por entender não restar outra alternativa ao país. A forma de viabilizá-lo – a forte intervenção do Estado, via congelamento e confisco – é aceita em razão dos objetivos maiores do Plano: a estabilização da economia e a constituição da hegemonia liberal. O apoio da *Folha* é tão intenso, inicialmente, que mesmo as inconstitucionalidades contidas nas medidas econômicas não seriam suficientes para que fossem derogadas no Supremo Tribunal Federal, ou no Congresso Nacional,

⁴ Os diversos editoriais decorrentes deste primeiro trataram dos seguintes temas, que deram título aos editoriais: “A dívida interna”, “A questão do congelamento”, “Liberalização do comércio”, “Abertura da economia”, “Imposto Único”, “Reforma patrimonial”, “A questão social”, “Desafio da credibilidade”, “A dívida [externa] em questão”.

que deveriam simplesmente aprová-las, pois, segundo o jornal: “O Plano Collor faz recair sobre o Congresso e o Judiciário responsabilidades cruciais. Não há exagero em dizer que o país não resistirá, do ponto de vista econômico, político e institucional, a uma inviabilização do programa antiinflacionário. (...) é a própria sobrevivência da sociedade brasileira que está em jogo. (...) não há condições práticas, não há espaço real para propor alternativas ao que foi feito. (...) trata-se de escolher entre tudo ou nada (...) Não há como recuar. (...)” (*FSP*, 19/03/90, ênfases nossas). Portanto, para a *FSP* não há nada que o Congresso ou a Justiça pudesse fazer, pois a situação caótica da economia exigiria combate sem tréguas – independentemente da infringência de direitos, infere-se – à inflação. Daí ser “Tudo ou nada”, título deste editorial. Tal postura nada tem de liberal, note-se, e sim de puro pragmatismo.

Ora, quando da “invasão” da Polícia Federal à sede do jornal, há uma brutal reviravolta, pois a *FSP* não apenas lança-se numa campanha anti-Collor, taxando-o de fascista, e o comparando a Hitler e Mussolini, num claríssimo propósito de fazer deste fato um verdadeiro acontecimento político, com implicações à liberdade de imprensa. Em verdade, embora correta, excetuados os exageros, a acusação de autoritarismo do novo governo, que se tornara altamente autônomo nos primeiros meses de gestão, o fato é que o jornal procurou “faturar” politicamente com este episódio⁵. A mudança de discurso do jornal se faz de forma tão repentina e

⁵ É interessante observar que o *JB*, em sintonia, aliás, com as contendas regionalistas que mantêm – assim como *OG*, embora, este, em medida bem menor – com o estado de São Paulo, sobretudo com o empresariado, afirmou indiretamente que a *FSP* estaria superestimando este episódio, pois, para o *Jornal do Brasil*: “(...) Está se fazendo barulho demais em torno dos banqueiros, donos de supermercados e jornais, e das nossas elites empresariais, notadamente as de São Paulo. Todos são brasileiros e estão sofrendo com o congelamento das aplicações financeiras.” (*JB*, 24/03/90, ênfases nossas). Esta passagem demonstra, além do mais, a nova postura “governista” que vimos apontando.

Por outro lado, note-se que a *Folha de S. Paulo* irá reclamar da postura, não apenas do *JB*, mas (que considerou ser) da mídia como um todo, a respeito do processo movido por Collor contra dois jornalistas e o editor-responsável do jornal, acusando-os de difamação e calúnia. Em editorial de capa, na verdade uma “Carta aberta ao sr. presidente da República” (título do editorial), em que procura deixar claro as considerações (críticas) sobre a gestão Collor como forma de demonstrar que o jornal não se intimidaria com o referido processo, também critica a postura não solidária da imprensa: “Não deixa de ser curioso que esteja sendo levada a julgamento, sob *silêncio acovardado e interesseiro de quase toda a mídia*, a única publicação brasileira que mantém uma seção diária de retificações e que remunera um de seus profissionais pela exclusiva missão de criticar pública e asperamente as suas próprias edições.

contamina de tal modo sua posição sobre o Governo e mesmo o Plano Collor, que mesmo o leitor pouco atento se daria conta. Ocorre, contudo, que em nome da democracia, da ordem jurídica, do Estado de Direito – argumentos silenciados até a “invasão” –, o jornal transforma seu discurso. Assim, num editorial de primeira página – excepcional na *FSP* – e denominado “A escalada fascista”, assim a *FSP* começa a mudar sua posição em franco contraste com o que dizia até o dia anterior: “Assassinos da ordem jurídica, anunciadores do tumulto fascista que se desencadeia sobre a sociedade brasileira, esbirros de uma ditadura ainda sem nome – “Era Collor”?, “Brasil Novo”? – invadiram ontem a Folha de S. Paulo. *Este fato culmina a série de agressões, de arbitrariedades e de violências que, em nome do combate à inflação, configuram um clima de terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira.*” (*FSP*, 24/03/90, ênfases nossas). Como se vê, até este episódio o jornal requeria que o Congresso e a Justiça apoiassem todos os atentados à ordem constitucional, justamente em nome do combate à inflação, mas, agora, reverte completamente, e de forma cínica, o que demonstra tanto o seu cabotinismo como seus argumentos circunstanciais. Por isso, o tom dos comentários sobre o Plano Collor perderá qualquer entusiasmo; quanto ao Governo Collor, a *FSP* estará integralmente na oposição.. Por isso, passa a pregar o “entendimento” entre os Poderes, pois: “Previsivelmente complexo e delicado, o processo de votação do Plano Collor no Congresso impõe, acima de tudo, um

(...) *O que está em jogo é saber se é possível existir um jornal como este num país como o nosso.*” (*FSP*, 25/04/91, ênfases nossas). Fica claro portanto a contenda da *FSP* com seus pares, tendo em vista razões políticas e comerciais, contenda esta que será eclipsada no que tange à confluência ideológica, enfatize-se. Por seu turno, o cabotinismo expressa-se em toda a sua plenitude, como é facilmente perceptível, mas chega ao paroxismo com a campanha que o jornal promoveu na TV colocando-se como vítima de um governo algoz.

Por fim, o jornalista Carlos Eduardo Lins e Silva, da *FSP*, também criticou, em artigo publicado no mesmo dia do editorial de capa (e denominado “Imprensa, corporativismo e solidariedade”), a suposta omissão da imprensa, pois, para ele: “Observa-se até certo prazer em setores da categoria [jornalística perante o processo de Collor contra jornalistas do jornal – FCPF]. Alguns não conseguem separar do aguerrimento na disputa pelo mercado da cooperação indispensável para que todos possam praticá-la. (...) O momento exige solidariedade (...)” (*FSP*, 25/04/91, Seção Tendências e Debates, pág. 3). Reitere-se que mesmo antes de findar-se o processo judicial, com o seu arquivamento, o jornal manteve-se ao lado de toda a grande imprensa no que tange à implementação da hegemonia ultraliberal, o que implicou a desqualificação dos adversários da Agenda que a viabilizaria. Portando, as disputas político/comerciais são absorvidas na luta maior dos *aparelhos privados de hegemonia* na contenda que se travou durante o Governo Collor.

esforço de entendimento e de cooperação entre o Executivo e o Legislativo.” (*FSP*, 04/04/90). Embora mantivesse a opinião da irreversibilidade do congelamento monetário, substitui o discurso do “tudo ou nada” pela defesa da negociação do Plano, procurando com isso retirar o alto grau de autonomia assumido pelo presidente da República. A mudança do discurso é, portanto, notável.

Apenas *OESP* irá destoar deste apoio ao Plano, o que não deixa de ser paradoxal em razão das expectativas positivas do jornal perante o Governo Collor, mas plenamente coerente tendo em vista sua filiação doutrinária ao liberalismo. A “lua de mel” do jornal para com Collor vai exatamente do início do segundo turno das eleições ao dia 16/03/90, quando da edição do Plano Collor. Nesse interregno, *OESP* considerou que Collor estaria “Repondo o Brasil nos trilhos” – título de um editorial que comenta a viagem do então presidente eleito ao exterior para reatar a relação do país com a comunidade internacional. Afirma que Collor: “(...) não deixa de lembrar (...) que foi eleito para cumprir uma missão, que é renovar costumes políticos e criar as condições institucionais que permitam (...) reformar o Estado, jugular a inflação, pôr fim à especulação financeira (...) e pôr fim a um sistema de privilégios que premiam a ineficiência.” (*OESP*, 27/01/90). Afinal, o: “(...) presidente eleito (...) tem mostrado capacidade indiscutível de se sintonizar com o mundo contemporâneo (...)” (*OESP*, 30/01/90). Como se observa, a expectativa para com o Governo que se iniciaria era muito grande, o que implicaria forte apoio por parte do jornal, que, embora mais que secular, pareceu acreditar num político sem partido e sem apoio organizado, e com um passado – político e pessoal – absolutamente controverso. A sintonização de Collor com o que estaria ocorrendo no mundo, sintetizado pela agenda ultraliberal, será o mote fundamental para *OESP* apoiar entusiasticamente o futuro governo...até o choque “intervencionista” derrubar de uma penada as ilusões que o jornal nutria. Afinal, coerente com suas posições doutrinárias, afirma serem as medidas econômicas “Um Plano em revisão”, título de um editorial que, embora considere: “(...) que sua arquitetura, a sua coerência interna (...) [seja] altamente respeitável.” (*OESP*, 18/03/90), não poupará, na essência, seu intervencionismo, pois:

“(…) A transferência de recursos do setor privado para o setor público, ainda que seja feita com a melhor das intenções, é excessiva (…)

“(…) O Plano Collor [é]: “(…) marcado por um intervencionismo exagerado tanto no que se refere à fixação dos salários, quanto dos preços. (…)

“(…) Era necessário reduzir (…) [a] liquidez (…) [mas] O importante é notar que a *dose* do Plano Collor foi excessiva. (…)

“É pena que (…) a opinião pública não tenha reagido contra o espírito antiempresarial traduzido na medida provisória contra os abusos do poder econômico (…) o Poder Executivo poderá transformar-se no algoz da atividade econômica.” (OESP, idem, ênfases do jornal, grifos nossos).

Embora haja ainda uma certa moderação nas críticas, pois, além do mais, um jornal – por mais doutrinário que seja, e nunca o é integralmente – não pode se afastar demasiadamente de seu leitorado assim como das posições do cidadão médio, sobretudo em conjunturas candentes como esta, o fato é que *OESP* irá rapidamente radicalizar seu discurso oposicionista perante o Plano, considerado antiliberal, apesar de suas alegações liberais: esta disjuntiva será vigorosamente rejeitada. Por mais que sua crítica enfatizasse a intensidade – considerada excessiva – das medidas econômicas, o eixo central irá paulatinamente incidir no ataque do governo ao setor privado. É aqui que o jornal voltará sua defesa, como autêntico “partido do Capital”, coerente, reitere-se, com o perfilamento à ideologia liberal. É por isso que acredita que, com o Plano: “(…) a tarefa dos liberais, longe de esgotar-se, ganha maior responsabilidade, pois o Estado está financeiramente mais forte e poderá tornar-se administrativamente mais capaz.... (…) o Estado controlou a produção e o consumo, ou pelo menos tem as condições para tanto.” (*OESP*, 10/04/90).

Portanto, nuances e particularidades à parte, tanto o Governo como o Plano Collor são, *inicialmente*, apoiados pela grande imprensa. Por mais que um e outro perdessem apoio – de *OESP*, em relação a diversos aspectos do Plano, desde o início; e da *FSP*, quanto ao Plano, em larga medida, e ao Governo, essencialmente, poucos dias depois de sua decretação – e o mantivessem por parte de *OG* e do *JB*, no que tange à agenda ultraliberal a grande imprensa, em uníssono, postou-se

favoravelmente a esta. Nesse sentido, mesmo os periódicos mais críticos, como os paulistas, fizeram questão de separar o “Governo” da “Agenda” (concebida, esta, como) necessária à “modernização” do país. Por isso, por mais que o governo fosse considerado oscilante e autoritário (para a *FSP*), intervencionista (para *OESP*), cometido alguns exageros (*OG*) e punido mais o “setor privado”, isto é, o Capital, do que o próprio Estado (todos os jornais), o apoio à maior parte de suas **intenções** fora ostensivo. Aliás, as cobranças e críticas diziam respeito ao ritmo, considerado lento, das privatizações e da abertura comercial, entre outros aspectos, mas no interior de uma Agenda demandada pela grande imprensa: este fato certamente fora relevado por ela ao se posicionar e reposicionar perante o Governo Collor, o Plano Collor, e a Agenda ultraliberal. Esta intrincada relação, dentre outras variáveis, nos permite compreender os caminhos sinuosos da grande imprensa brasileira.

Vejamos, então, como a grande imprensa trata esta referida agenda, que por seu turno insere-se na idéia – “mistificadora”, como veremos – de “modernidade”. Nesta, descartam-se certos comportamentos, ações e propostas e valorizam-se outros, com uma intensidade e uma força retórica impressionantes.

O centenário *Jornal do Brasil*, auto-intitulado liberal, que vinha solicitando a implementação de uma agenda formulada de acordo com esta perspectiva ideológica desde o início da “Nova República”, enfatizará fortemente a necessidade do Brasil transformar seu modelo de desenvolvimento, sobretudo em virtude das mudanças ocorridas no mundo todo: da queda do socialismo à liberalização das economias latino-americanas. Estes eventos deveriam servir de lição ao Brasil, pois:

“A lição que vem do Leste europeu deveria ser estudada a fundo pelas elites dos países sul-americanos. Não foi meramente o fracasso do modelo de economia centralizada – a partir do planejamento estatal – que ruiu. Caiu por terra uma concepção de economia autárquica, fechada ao contato com o mundo no comércio exterior (...)

“A crescente interdependência entre empresas, países e sistemas econômicos é o fato mais marcante do final da década (...)

“A América do Sul precisa aposentar a retórica e a mentalidade nacionalista ultrapassada para não ficar acorrentada ao atraso. (...) Ao longo de décadas, este sistema incrustou vantagens a grupos empregados na máquina do próprio Estado e a cartórios empresariais amparados pelos subsídios, favores e reservas de mercado oficiais.

“Substituir esse modelo arcaico – responsável pelo atraso e pela extrema desigualdade na distribuição de renda – por um modelo moderno de economia de mercado, exposto à ampla concorrência internacional, significa mexer em muitos privilégios.” (JB, 03/01/90, ênfases nossas)

Como se observa, antes de tudo o editorial compara o leste europeu (socialista) aos países latinos (capitalistas), o que é, para dizer o mínimo, uma estratégia ideológica, pois não se faz qualquer mediação entre regimes políticos e sistemas econômicos completamente díspares. Da mesma forma, o *JB* – assim como toda a grande imprensa – oporá o “nacionalismo atrasado” dos países subdesenvolvidos, entre os quais fundamentalmente o Brasil, ao “liberalismo moderno” dos países desenvolvidos – tal postura é também claramente ideológica, na medida em que, como os próprios jornais se auto-denunciarão, os países ditos desenvolvidos são altamente protecionistas e, portanto, nacionalistas. Esta contradição, contudo, será simplesmente omitida. Por fim, a citação acima clama pela substituição do modelo de desenvolvimento, como dissemos, tendo em vista o país adentrar à **modernidade**. Dessa forma, o desafio brasileiro seria justamente o de promovê-la, pois:

“O dilema nacional nunca foi tão transparente como agora: se o moderno não ganhar, o Brasil pode mergulhar numa noite medieval em plena modernidade. Para combater a inflação (...) e também para combater outros problemas (...) é necessário reformular o Estado brasileiro, aliviando-o dos excessos, a fim de fortalecê-lo. (...)

“(...) A proposta de tirar o Brasil da linha de frente do Terceiro Mundo para colocá-lo em qualquer lugar do Primeiro Mundo é exatamente a resposta à grande aspiração de mudança detectada em todos os estratos da sociedade.” (15/03/90, ênfases nossas)

A mística do “primeiro-mundo”, em que o Brasil poderia adentrar caso promovesse as reformas liberais e modernizantes é generalizada na grande imprensa. Há, nesta imagem, tanto uma simplificação, no limite do sofisma, como uma contradição, mas que é estratégica e cautelosamente ocultada. A simplificação – na verdade uma vulgarização retórica que se pretende passar como “argumento” – diz respeito à idéia de que basta seguir este modelo de reformas, sintetizado de forma imagética na expressão “modernidade”, para, mais cedo ou mais tarde, pertencer ao tão sonhado “país das maravilhas”: o “primeiro-mundo”. A fragilidade deste “argumento” reside no fato de que se desconsidera qualquer relação de poder entre os países, assim como os constrangimentos erigidos pelos países “desenvolvidos” em relação aos países “atrasados”⁶. Quanto à contradição, esta diz respeito ao fato de que, se diversos países, de todos os quadrantes e com tradições e sistemas político/econômicos díspares estão, há muito mais tempo, promovendo reformas “orientadas para o mercado”, modernas portanto, por que então já não fariam parte, ou estariam próximos, do “primeiro-mundo”, caso, por exemplo, do Chile, que desde 1973 promove as reformas reclamadas pela grande imprensa brasileira? Tanto esta indagação como sua resposta são simplesmente omitidas, por razões claramente estratégicas: conquistar a hegemonia ultraliberal no Brasil, o que requer apoio e a convicção de que realmente o país será “primeiro-mundista” se fizer a “lição de casa”.

Ora, se isto é válido para o doutrinário *JB*, também o será para o “pragmático” *OG*, para quem: “Não se faz *modernização* sem enxugamento, dado o pendor que o Estado tem pelo próprio agigantamento e dada, no Brasil, uma longa tradição de relação clientelista do Estado com a sociedade. (...) Esse enxugamento precisa ser articulado com *descentralização, desburocratização e desregulamentação*. (...) [para tanto] requer-se uma verdadeira *revolução cultural*. (...) é aí que se insere (...) a oportunidade estratégica da *privatização* (...)” (*OG*, 22/08/90, ênfases nossas).

⁶ Em verdade, os jornais chegaram, em determinados momentos específicos, a identificar e mesmo criticar a iniquidade da ordem internacional, mas jamais como forma de perfilhar-se aos “nacionalistas, esquerdistas e terceiro-mundistas”.

Como se vê, diversos pontos da agenda ultraliberal são expressos de forma muito semelhante tanto pelo *JB* como pelo *OG* – este, um jornal caracterizado pela ausência de uma filiação doutrinária, reitera-se. Não se trata de mera coincidência. Afinal, o veto a qualquer aproximação do Brasil com o “terceiro-mundo” também é verificado em *OG*, pois o Brasil surgido da vitória de Collor:

“Não é um Brasil autoconfinado numa separação rancorosa ou ressentida de outros mundos e centros políticos e que por isso teria assumido o rótulo de Terceiro Mundo. É um país consciente da interdependência que hoje subentende as relações dos que outrora pareciam irremediavelmente divididos – mas ao mesmo tempo desejoso de pôr à prova sua capacidade de competir. (...)

“É mais que hora de se abandonar uma concepção de Terceiro Mundo (...)

“(...) será mostra de covardia (...) quedar-se em lamúrias por nosso atraso histórico (...) Ou condenar-se, por falta de determinação política, a escrever sem fim uma História reflexa.” (*OG*, 24/02/90)

Logo, se não devemos nos considerar um país de “terceiro-mundo”, ou estamos no limbo ou caminhamos para o “primeiro-mundo”, possibilidade esta dependente da aplicação das reformas modernizantes. Afinal, uma das teclas mais batidas por toda a grande imprensa – e que, em verdade, constitui um dos eixos centrais da referida agenda – diz respeito à privatização que, para *OG*: “(...) é modernização. (...) é a quebra de tabus; (...) é o abandono de crenças que se introduziram repisando-se preconceitos e repetindo-se slogans. A privatização é a modernização, por imperativo de racionalidade (...)” (*OG*, 23/08/90). Portanto, não há dúvidas de que a adesão à agenda é, com poucas nuances, igual entre ambos os jornais. Mas que, como veremos, terão a companhia dos periódicos paulistas.

Quanto à *Folha de S. Paulo*, embora reconhecesse a importância histórica do Estado para o desenvolvimento econômico no Brasil – afinal, sua reversão ao ultraliberalismo, tal como *OG*, é recente, pois, além do mais, reconhece o papel histórico do Estado –, acredita ter falido a atuação estatal, pois:

“(…) nos anos 80 vieram à tona as evidências de que não mais se adequava às necessidades da economia brasileira. (…)

“Após um processo de ininterrupto crescimento, o setor estatal foi se revelando praticamente ingovernável; ganhou uma tal autonomia decisória, acumula tal número de privilégios corporativos, abriga tão variadas contradições e conflitos internos de interesse, que resiste a tentativas isoladas e parciais de racionalização. (…)

“(…) O programa de estabilização [Plano Collor] acentuou, na verdade, o poder de intervenção do Estado sobre a economia. Trata-se de apontar para uma reversão cabal dessa tendência. *Desestatização, desburocratização, reforma completa no padrão de interferência do poder público são componentes essenciais de um programa de efetiva modernização do país.* Quanto a este objetivo, nada, exceto conclamações de oratória, tem sido apresentado pelo governo Collor até aqui.” (FSP, 25/04/90, ênfases nossas)

O título deste editorial, “Mudar o Estado”, sintetiza o novo papel que tanto a *FSP* como o *OG* desempenham desde as crises dos planos de estabilização da “Nova República”. O renitente tema da “modernização” está aqui presente, como uma marca indelével da grande imprensa. No caso da *FSP*, por outro lado, as críticas ao governo Collor – sempre após a “invasão” do jornal – imiscuem-se a praticamente todas as suas considerações sobre a gestão econômica do país: trata-se de um oposicionismo muito mais casuístico e oportunista do que propriamente doutrinário, mesmo levando-se em consideração a aproximação do jornal ao liberalismo econômico. Tal oposicionismo, contudo, não o impedirá de aplaudir medidas que julgue corretas ao mesmo tempo que procure influenciar as ações do governo; o fará, no entanto, com comedimento e sempre apontando a maneira “autoritária” de Collor governar. Por isso, ao apoiar medidas desregulamentadoras decretadas, acredita que: “É indispensável que o governo não se limite às medidas anunciadas; a firmeza na divulgada intenção de retirar o peso estatal da esfera produtiva é condição sine qua non para *reduzir a distância hoje existente entre o Brasil e as economias que lideram hoje o cenário mundial.*” (FSP, 02/08/90, ênfases nossas). Em outras palavras, para o Brasil chegar ao “primeiro-mundo” é necessário aplicar a tão propalada agenda ultraliberal, tal como toda a grande imprensa demandou.

Ora, mas oposicionismo *de fato*, pois motivado por razões doutrinárias, foi desenvolvido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que desde praticamente o primeiro instante do Plano Collor revoltou-se com o intervencionismo tanto das medidas em si como de sua administração, como aludimos acima. Isto não impediu, contudo, que a agenda ultraliberal fosse apoiada fortemente pelo jornal, consentâneo ao seu liberalismo auto-proclamado. Afinal, para *OESP*: “(...) a livre iniciativa encontrou os caminhos para impedir que a economia parasse; por sua vez, o Estado parece estar parado. (...) pouco adiantará falar no programa que se apresentou antes das eleições, pois ele foi brutalmente rasgado na ‘Sexta-feira negra’, 16 de março [data da edição do Plano Collor – FCPF].” (*OESP*, 25/04/90). Como se vê, o oposicionismo será levado adiante sempre em nome do liberalismo – é claro que algo semelhante alega a *FSP*, mas as razões são bem diferentes das de *OESP*.

Para *OESP*, a “modernidade” prometida por Collor, e apenas tenuemente cumprida por este, faria parte do mundo contemporâneo, como afirma num sintomático editorial intitulado “A modernidade como destino”, pois: “A tendência predominante de nossa era – o curso que os estadistas devem identificar – mostra que *o caminho da modernização* passa pelo da democracia política; que as sociedades que vivem em abundância são aquelas que controlam o Estado e não são por ele dominadas; que somente prosperam os países que se abrem para o mundo e se dispõem à integração em blocos econômicos e políticos.” (*OESP*, 27/02/90, ênfases nossas). Haveria, portanto, uma forma de ser “moderno”, forma essa que o Brasil precisaria se inspirar, e que nada mais significaria do que a implementação da tão propalada agenda ultraliberal, única forma de, com isso, adentrar ao “primeiro-mundo”. Por isso, certas medidas do governo Collor serão fortemente apoiadas, tais como a privatização, a desregulamentação da economia e a diminuição do aparato do Estado, pois, no caso deste último: “(...) com o efetivo enxugamento da máquina estatal, que está levando a efeito, o governo dá um grande e positivo passo no rumo da *modernização* do País.” (*OESP*, 07/07/90, ênfases nossas).

Portanto, os quatro jornais defendem praticamente as mesmas idéias através da formulação das mesmas imagens e se utilizam da mesmíssima retórica, embora considerassem a si mesmos como plurais.

Vejam agora um tema da maior importância para compreendermos a papel da grande imprensa perante a agenda ultraliberal: sua relação com o Capital, nacional e estrangeiro. De modo geral, toda a grande imprensa fala em nome do “setor privado” ou da “livre iniciativa” – eufemismos de Capital –, procurando defendê-lo da interferência do Estado. Afinal, uma das características da grande imprensa é justamente sua constituição como “Capital”, através de suas ações empresariais. Para além deste aspecto particular, por diversas vezes a grande imprensa atua como “partido do Capital Global”, pois, de modo geral, não distingue sua origem, se nacional ou estrangeira⁷. É também nesse sentido que podemos compreender a verdadeira ojeriza, expressa em termos radicais, dos periódicos à reserva de mercado à indústria nacional de informática, pois a absorção de tecnologia informacional – por excelência importada – fora bastante dificultada pela referida reserva. Os jornais, contudo, jamais expuseram este motivo, procurando invariavelmente justificar sua oposição em nome do benefício geral ao desenvolvimento, em razão da informática ser um elemento vital à produção de bens e serviços contemporâneos.

Voltando ao papel da grande imprensa perante o Capital, é importante observar que este se constitui num dos mais significativos no que tange aos reposicionamentos dos jornais em foco. Nesse sentido, a maior – e mais surpreendente – radicalização contra a ação empresarial considerada “cartorial” e dependente do Estado foi do

⁷ É importante ressaltar que, ainda do ponto de vista empresarial da mídia, esta cada vez mais possui relações comerciais com o exterior: seja exportando determinados produtos, como novelas (caso da Rede Globo) e mesmo notícias, seja principalmente importando tecnologia – os parques gráficos da grande imprensa se utilizam fundamentalmente de tecnologia e equipamentos estrangeiros. Além do mais, há crescentemente uma troca de experiência entre a mídia nacional, sobretudo a grande imprensa, e seus congêneres estrangeiros. Não é casual, portanto, que as “tendências editoriais” dos países de capitalismo desenvolvido sejam freqüentemente copiadas pela grande imprensa nacional.

Jornal do Brasil. A surpresa se justifica justamente em razão deste jornal ter sido um dos mais radicalizados defensores do privatismo e da hegemonia liberal/burguesa. O *JB* fará ácidas críticas a maior parte do empresariado nacional, em particular o localizado em São Paulo⁸, pois (considerado) “atrasado” no que tange a uma “verdadeira” economia de mercado, em virtude de sua dependência em relação ao Estado por meio de subsídios, reservas de mercado e toda forma de proteção.

Assim, para o historicamente “acrítico” porta-voz do Capital, o empresariado brasileiro teria sistematicamente resistido tanto à “modernização” como à “descartorialização” da economia, iniciadas pelo Governo Collor, aumentando de forma totalmente injustificável os preços e, com isso, realimentando a ciranda inflacionária. Os empresários seriam, em verdade, “míopes”, pois: “(...) *nenhuma economia de mercado se estabeleceu onde não há estabilidade econômica. É preciso, portanto, que os empresários (...) tenham responsabilidade e não queiram transformar a volta da liberdade de preços em retorno da inflação. (...) Nenhum empresário com sentido de responsabilidade social pode ceder à tentação do lucro fácil, remarcando os preços e fugindo ao congelamento ainda vigente, para aumentar as margens de lucro. (...) acirrar o conflito redistributivo da renda nacional, é tática suicida (...)*” (*JB*, 15/06/91, ênfase nossas)⁹. Esta posição sintetiza as

⁸ É interessante observar que ambos os jornais cariocas, mas sobretudo o *JB*, nutrem um claro bairrismo contra o estado de São Paulo, expresso seja na defesa da economia do Rio de Janeiro no contexto de uma crítica à assimetria federativa – em que São Paulo ocupa lugar privilegiado –, seja ainda na ênfase à denúncia dos privilégios do empresariado sediado em São Paulo. Assim comenta o *JB* a respeito da ação empresarial paulista quando da substituição da equipe econômica do governo Collor: “As pressões dos empresários, sobretudo de São Paulo, pela liberação geral dos preços e a volta do overnight (...) já se manifestam com uma desenvoltura que se pode dizer indébita. A tentativa de influenciar o preenchimento dos cargos deixados (...) mostra que uma parcela da sociedade brasileira ainda não está consciente da gravidade do momento. (...) O encaminhamento de reivindicações descabidas, por parte de alguns segmentos empresariais confirma (...) [que] as elites brasileiras não têm capacidade de entender o Brasil.” (14/05/91).

⁹ É interessante observar que, embora mantivesse um forte discurso privatista e ultraliberal, o *JB*, durante as comemorações de seu centenário, em 1991, fez como toda a grande imprensa – de todos os perfis – e convidou especialmente as principais autoridades municipais, estaduais e federais para os festejos. Tais autoridades receberam tratamento especial por parte do jornal, de acordo com que se infere das reportagens que cobriram os eventos. Este fato simbólico significa que a alegada independência em relação ao Estado não resiste, no que tange

preocupações e a ação do jornal: como “partido do Capital”, *chama a atenção* do empresariado nacional sobre a necessidade de contribuir para a “estabilidade econômica”, ambiente ao qual o capitalismo precisa para se reproduzir. Mas, mais importante, a cobrança para que tenha “responsabilidade” perante as conseqüências de seus atos, isto é, perante a sociedade, sobretudo em virtude da remarcação desmesurada dos preços, remete à posição do próprio *JB* como portador de uma “ética da responsabilidade”. Em outras palavras, como “partido do Capital Global”, que tem como atributo pensar no *longo prazo*, é seu dever questionar e cobrar um comportamento atinente à reprodução do capitalismo, daí a menção à “tática suicida”. Afinal, não há Capital sem um capitalismo minimamente estável: é este o sentido do alerta do jornal – alerta que, em verdade, significa a tentativa do jornal em manter a unidade do *bloco de poder*, o que implicaria, inclusive para o própria grande imprensa, superar as divergências entre os capitalistas com vistas tanto a sanar as dificuldades momentâneas como organizar os interesses do chamado *status quo* num projeto articulado e em bases sólidas, daí a perspectiva do longo prazo.

Mas, para além de alertas – que, a rigor, toda a grande imprensa faz não apenas ao Capital, pois procura enviar sinalizações à toda a sociedade, sobretudo aos segmentos organizados e aos pólos de poder – , o *JB* demonstrou grande irritação para com os capitalistas nacionais. Irritação esta que, durante o Governo Collor, se manifestou de forma ostensiva, pois o jornal, ainda de acordo com a sua referida *função numa sociedade como a brasileira*, radicalizou seu discurso contra certos comportamentos empresariais, *contradizendo, desta forma, a posição tão fortemente expressa de que a iniciativa privada teria sido “vítima” do Estado desde o início da constituição do modelo nacional-desenvolvimentista:*

aos órgãos de comunicação, à proximidade ao poder do Estado, ao menos em termos comerciais, infere-se. Afinal, também simbolicamente, o jornal poderia apenas (ou fundamentalmente) convidar personalidades do mundo privado e da “sociedade civil” como forma de afirmar seu *privatismo*; preferiu, ao contrário, o contive às autoridades, embora seu discurso pregasse, como se vê, um vigoroso distanciamento entre Sociedade e Estado

“Se a inflação não correspondeu à expectativa do governo, a culpa principal é da camada privilegiada da sociedade brasileira que se tornou há muito sócia majoritária da inflação, através do prolongado processo de indexação, que só protege verdadeiramente os 5% da população que concentraram mais ainda a riqueza nacional nos anos 80.

“Por isso mesmo, a maioria da população entende o alcance das mudanças que o governo promove na economia e aprova a continuidade dessa política (...)

“(...) o Estado brasileiro ficou na penúria, para manter os privilégios de grupos empresariais protegidos por subsídios, reservas de mercado e cartórios. Uns poucos ficaram mais ricos e a imensa maioria da população ficou mais pobre (...)” (JB, 07/01/91, ênfases nossas)

Como dissemos, ocorre uma verdadeira inversão no que tange à iniciativa privada: sai de cena o radical e inveterado defensor da iniciativa privada, que atuava essencialmente como portador da “ética da convicção”, dando lugar a um *crítico* deste mesmo Capital, com vistas à sua mudança de comportamento, o que implicará num apoio vigoroso ao Governo Collor – tão vigoroso que justificará até as ações autoritárias deste, ocupando, como dissemos anteriormente, uma posição historicamente pertencente ao *OG*. Em outras palavras, tendo em vista que, de um lado, Collor portava a bandeira ultraliberal que o *JB* tanto demandara, e, de outro, que os capitalistas nacionais em certos aspectos importantes se opunham a esta – contrastando a ação da retórica –, é que o jornal usa uma linguagem que mais parece a de um opositor à esquerda. Afinal, a imagem forte da contraposição entre os 5% mais ricos (os empresários) e os 95% restantes da população só é possível em razão do Governo Collor ter capitaneado um projeto que visava à obtenção da hegemonia ultraliberal. Quanto a esta, o Capital nacional, aos olhos do *JB*, constituía-se como adversário e não aliado, não percebendo a importância, para o futuro do próprio capitalismo brasileiro (ênfatize-se), de se promoverem as reformas às quais Collor se empenhara e fora eleito. Este reposicionamento do jornal só é possível, reitere-se, em razão do caráter ultraliberal das reformas de Collor, o que implica concluir que sua conversão à “ética da responsabilidade” dever ser entendida em nome de seu doutrinário liberal, isto é, de sua “ética da convicção”;

além do mais, os interesses que defende são vinculados *também* ao Capital Externo, pois, afinal: “(...) ainda falta muito para que os investimentos estrangeiros circulem com desenvoltura no país. O Brasil precisa oferecer garantias de estabilização econômica, seguidas de maior flexibilidade no fluxo do comércio exterior (...) e de um tratamento fiscal menos restritivo ao capital estrangeiro. (...) *Os empresários brasileiros devem ficar atentos ao movimento das empresas multinacionais, se não quiserem ficar mais atrasados no processo de modernização e internacionalização da economia brasileira.*” (JB, 20/07/92, ênfases nossas). Ressalte-se que a defesa do “Capital Global” justifica-se em razão desta *articulação* entre os capitais nacionais e estrangeiros. Não se trata, portanto, nem da defesa *apenas* do Capital estrangeiro nem de qualquer postura “anti-nacional”, pois, segundo o jornal: “(...) Ninguém, em sã consciência, pode desejar o enfraquecimento da indústria brasileira (...) Mas é preciso coragem empresarial para enfrentar os desafios e superar o atraso tecnológico que o Brasil acumulou ao fechar, por tão longo tempo, a sua economia ao exterior.” (JB, 26/12/92). Nesse sentido, como se sabe, a preocupação da maior parte dos representantes do Capital nacional (sobretudo a Fiesp, o IEDI e o PNBE¹⁰, assim como de setores à esquerda e mesmo de entidades internacionais (como a Unctad e a Cepal¹¹) com a possibilidade de sucateamento da indústria nacional em razão do processo de abertura da economia, é descartada pelo jornal, para quem o comércio exterior possuiria necessariamente duas mãos, isto é, importar implicaria exportar; além do mais, as “(...) fusões e incorporações serão inevitáveis na construção de estruturas empresariais mais modernas (...)” (JB, 06/04/92). Portanto, o jornal unifica sua defesa do Capital ao indistinguir sua origem e só vê saída para a “modernização” da economia brasileira através das “reformas estruturais” que o Governo Collor estaria se empenhando em realizar, apesar da resistência do empresariado brasileiro.

¹⁰ Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), IEDI (Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial) e PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais).

¹¹ Unctad (Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Mas o capitalista nacional, em sua miopia contumaz não perceberia que, sobretudo num momento de crise tão aguda como a que o país estaria vivendo, e num contexto de transformações no modelo de acumulação em escala global, seu comportamento deveria igualmente se transformar. Esta não percepção, motivada pela inércia perante a proteção desmesurada do Estado há décadas, teria efeitos nefastos: a) ao capitalismo nacional, devido à instabilidade econômica; b) à hegemonia das idéias liberais no país; c) ao próprio empresariado, que estaria perdendo a corrida tecnológica e contribuindo para a crise do setor público. Assim se coloca o jornal perante a postura do empresariado nacional:

“O egoísmo do empresário, que só visa ao lucro imediato e ignora as condições gerais do mercado e do país, conspira contra o próprio regime de liberdade empresarial na economia de mercado, que o governo está empenhado em criar para inserir o Brasil no Primeiro Mundo. O governo não pode tergiversar com relação a esse tipo de comportamento. A volta do controle de preços, antes de ser uma contradição, garante a caminhada rumo à economia de mercado e à liberdade empresarial, que a irresponsabilidade de uns poucos ameaça retardar.” (JB, 09/08/91, ênfases nossas)

Esta passagem, embora se refira à majoração considerada abusiva dos preços – que ocorrera durante todo o período Collor, e por isso é reiteradamente comentada nos editoriais –, encerra diversas lições sobre os posicionamentos do jornal quanto ao Capital nacional. Antes de tudo, a imagem de que os empresários são “egoístas” implica uma consideração (moral) completamente estranha ao capitalismo – semelhante, aliás, ao que o outro jornal doutrinário, *OESP*, fará, como veremos abaixo –, pois neste sistema o “egoísmo” ou “individualismo” é uma virtude, balizada, além do mais, pelas próprias instituições¹². Mais ainda, como os EUA permanecem considerados um “país exemplo”, tanto em termos econômicos como pelos valores sociais que informam aquela sociedade (tais como o individualismo),

¹² Na verdade, classicamente o liberalismo prega que o “bem comum” é resultante de ações individuais, egoístas, que, articuladas pelo mercado, fariam com que toda a sociedade se beneficiasse, tal como expõe, em inúmeras obras, autores como F. Von Hayek, L. Von Mises e Milton Friedman, dentre outros.

esta afirmação transparece como totalmente contraditória, sobretudo em se tratando de um jornal doutrinariamente liberal. Por outro lado, o jornal parece acreditar, e isto é fundamental, que será o Estado, através do Governo Collor, que irá constituir no Brasil a hegemonia liberal, privatista, pois o capitalismo nacional superaria as amarras do Estado, delegando a *direção* do desenvolvimento ao “livre mercado” via liberdade empresarial, num movimento iniciado pelo próprio Estado – seria, portanto, o Governo (Collor) o instrumento para tanto, e não os próprios capitalistas. Tratar-se-ia de uma espécie de “falsa consciência” do Capital, pode-se inferir, que, desta forma, necessitaria da alavanca do Estado; daí, uma vez mais, o sentido das críticas do *JB* ao comportamento empresarial, o que, por seu turno, parece explicar a referida reversão crítica do próprio jornal. Este parece ser o seu papel. Por outro lado, como vimos no início deste trabalho, a mística da inserção do Brasil no “primeiro mundo” – obra potencial do Governo Collor – continua sendo utilizada exaustivamente como uma estratégia de convencimento, agora, do próprio Capital. Por fim, mas ainda neste diapasão, o fato do jornal apoiar um novo congelamento de preços – ação condenada pela ortodoxia econômica liberal – como forma de “punir” os empresários “gananciosos” e “inescrupulosos” (outra das fortes expressões usadas), numa espécie de ação “pedagógica”, é significativo da estratégia político/ideológica do jornal, voltada portanto à constituição da hegemonia liberal...mesmo que através do Estado. Afinal, tal estratégia se justifica porque: “(...) No Brasil, a cartilha do mercado tem sido lida de cabeça para baixo. Já era hora dos empresários nacionais se alfabetizarem na matéria de mercado, antes que, no processo de abertura da economia brasileira, os consumidores lhes ofereçam uma dura lição, optando pelos produtos estrangeiros concorrentes, de melhor qualidade e menor preço.” (25/05/91). A “pedagogia” ao empresariado nacional dar-se-ia, portanto, tanto através do Estado como da concorrência com os produtos estrangeiros. Logo, ou os capitalistas nativos tornam-se modernos e competitivos – como reza o capitalismo, segundo o *JB* – ou seriam tragados em sua própria ineficiência. A “coação” ao mundo empresarial nacional, por parte do jornal, é, desta forma, vigorosa.

Bem, esta postura “governista” do *JB* rivaliza, agora duplamente, com seu concorrente (em termos comerciais) carioca, *OG*. Este, embora de certa forma convertido à militância liberal, jamais perdeu sua ligação governamental, notadamente com Collor, que em boa medida se elegeu em razão do apoio do *Sistema Globo de Comunicação*¹³. Nesse sentido, se era mais do que esperado a manutenção de seu governismo, é significativo que tal postura deve-se *também* à sua adesão à agenda ultraliberal. Em outras palavras, ao seu pragmatismo histórico imiscui-se agora um doutrinário liberal, privatista, tornando *OG* e o *JB* equivalentes, o que não deixa de ser paradoxal, em razão seja de seus perfis empresariais e ideológicos muito distintos, seja de contendas comerciais renhidas ocorridas entre ambos.¹⁴ Esta confluência, observável também nos jornais paulistas, como veremos, indica portanto um pensamento/ação hegemônicos.

¹³ É importante notar que o presidente Collor, e também alguns de seus ministros, enviavam a Roberto Marinho telegramas parabenizando-o por determinados **editoriais** considerados “muito adequados”, o que apenas corrobora tanto a íntima relação política entre Roberto Marinho e Collor como o poder do *Sistema Globo*. Num deles, Collor assim se expressa em telegrama reproduzido em matéria pelo jornal com o título “Presidente elogia editorial do GLOBO”: “Após leitura do editorial ‘Sem retorno’, de sua autoria, (...) felicito V. Sa. pela arguta análise da realidade brasileira e agradeço-lhe pela exata compreensão dos esforços que o meu Governo realiza no sentido de reverter a situação que tão bem retratou. (...)” (*OG*, 20/11/90, pág. 3). Como se observa, o editorial ao qual o telegrama se refere faz vigorosa defesa do Plano Collor, àquela altura já em crise, no contexto mais geral de apoio ao Governo Collor, e expressa claramente, reitera-se, a proximidade entre ambos, além do governismo contumaz e inveterado das organizações comandadas pela família Marinho.

Por outro lado, é importante ressaltar que a histórica intimidade do proprietário do *Sistema Globo* com políticos influentes e altas autoridades pode ser mensurada pelo fato de Roberto Marinho receber freqüentemente em seu gabinete, na sede das *Organizações Globo*, inúmeras autoridades, políticos e empresários, nacionais e estrangeiros. Em verdade, seu poder é tão grande e tão próximo aos poderes institucionais que sua atuação pode ser entendida como uma espécie de “primeiro-ministro” informal, uma verdadeira eminência parda.

¹⁴ As contendas comerciais entre *OG* e o *JB* chegaram ao seu ponto máximo em dois momentos: primeiro, quando da queda de Gorbachov, que ocorrera de madrugada, no horário brasileiro, houve uma disputa entre ambos sobre quem teria dado, primeiramente, a notícia; segundo, quando Brizola se elegeu governador do Rio de Janeiro, *OG* fez-lhe uma ostensiva e anti-ética campanha contra tanto o seu governo como a sua pessoa. Em represália, Brizola publicara, em toda a grande imprensa, respostas ao que considerava serem calúnias, não apenas mas sobretudo das *Organizações Globo* – o que fez com que, em resposta, a partir de um determinado momento *OG* deixasse de publicá-las, embora fossem pagas. Como reprimenda a esta perseguição do jornal, que chegará às raíais da catilinária, o governador carioca destinou a verba publicitária do banco estadual, o Banerj, ao *JB*, fazendo com que o *Sistema Globo* nivelasse sua ira e oposição tanto a Brizola como ao *JB*, pois questionou a lisura daquele contrato. Vejamos trechos deste total azedume entre os dois periódicos cariocas, expressos em editoriais acres, publicados inclusive em primeira página. Começamos pelo *JB*, que ao criticar as *Organizações Globo* faz uma involuntária

crítica à grande imprensa como um todo. Assim, num editorial de primeira página denominado “Aos leitores”, procura rebater as “denúncias” de *OG* sobre a relação Banerj/*JB*, afirmando que: “O JORNAL DO BRASIL orgulha-se da credibilidade que conquistou junto aos seus leitores, ao longo de 100 anos, por *não vender opinião como notícia* e pela coragem de ter e emitir julgamentos.” (*JB*, 27/04/92, ênfases nossas). A passagem enfatizada, embora objetivasse atingir o jornal *OG* – e o *Sistema Globo* como um todo –, revela uma característica insofismável da grande imprensa, mesmo que não revelada. Apenas em momentos como estes é que, no fogo cruzado dos ataques mútuos, o próprio papel dos jornais como atores político/ideológicos e empresas se desvela a partir da própria imprensa. Afinal, **opinião** (sobretudo homogênea, não plural) é tratada e “embalada” como **notícia**, pois a fronteira entre uma e outra não se diferencia sequer entre “cobertura jornalística” e “opinião editorial” – ambas se confundem, deliberadamente.

Por outro lado, um outro editorial do *JB*, ainda mais virulento, intitulado sarcasticamente “O Nosso Companheiro”, procura não apenas rebater as denúncias de *OG* como desqualificar a trajetória político/empresarial de Roberto Marinho, o que inclui questionamentos ao seu enriquecimento e ao *modus operandi* de seu grupo. Para o *JB*:

- “A televisão [Globo] providencia as imagens de acordo com as conveniências.

[Quanto ao] “(...) senhor Roberto Marinho (...) A revista americana *Forbes* o apontou como um *brasileiro de 1 bilhão de dólares*, em bens pessoais, mas os seus leitores e telespectadores não ficaram sabendo. (...) o empresário sonega a láurea internacional ao conhecimento dos seus conterrâneos.

“Os brasileiros desconhecem os caminhos pelos quais esse bilhão de dólares foi canalizado para o bolso do companheiro diretor-redator-chefe. (...) A tradição da Rede [Globo] é esconder a História ou providenciar versões convenientes aos donos do poder. (...)”

“(...) O presidente Sarney ouvia o presidente das Organizações Globo antes de trocar seus ministros da Fazenda. Barganhavam-se favores oficiais por omissão de notícias.

“Um dia a história secreta da Rede Globo de Televisão será apurada, mas enquanto não vem a público nada impede que os cidadãos sejam apresentados à verdade, que tantos querem conhecer.

“(...) as importações de material (não é segredo) fazem-se por linhas de contrabando que a Receita Federal já tentou desfazer. Há inquéritos abertos e não concluídos mas edificantes.” (*JB*, 29/04/92, ênfases do jornal, grifos nossos).

Antes de tudo, devem ser questionadas as razões pelas quais o *JB* omitiu de seu público leitor informações tão graves como as que aponta. Esta omissão, em se tratando da grande imprensa, faz com que sua credibilidade de esvaia. O *JB*, contudo, nada diz sobre isso. Além disso, é notável a acidez da linguagem, pois taxa a atuação de Roberto Marinho até como contrabandista e de intimidade exacerbada com o poder. A resposta de *OG* não será menos dura, pois, bem ao seu estilo provocador, afirma num dos editoriais que publicou sobre o assunto que:

- “(...) há, para O GLOBO, um dever a cumprir. Trata-se de demonstrar aos leitores e aos responsáveis pela decência na condução dos negócios públicos que a diretoria do Banerj está cometendo um crime continuado, que (...) enlameia a vida pública. (...)”

“Num país democrático, essa prática é insuportável. E no caso do Banerj existe agravante: a empresa beneficiada – ‘Jornal do Brasil’ – é, notoriamente, *delinqüente em suas obrigações fiscais* (...) além de vir empurrando com a barriga uma gigantesca dívida com o Banco do Brasil (...)”

“A empresa ‘Jornal do Brasil’, portanto, é *inidônea para negociar com empresa estatal, como é o caso do Banerj.*” (*OG*, 05/05/92, ênfases nossas)

Em meio a outros impropérios, inclusive pessoais ao dono do *JB*, a virulência verbal demonstra nada mais como a empresas de comunicação possuem fortes interesses no Estado – sobretudo financiamentos e publicidade –, e que tais interesses por vezes contrastam a arenga contrária ao “capitalismo cartorial” que tanto enfatizam. Para além deste aspecto, contudo, o importante é reiterar, pois fundamental, que, apesar de disputas ácidas e mesmo anti-éticas por parte dos dois jornais em foco – situação extensível à grande imprensa –, o projeto político e as estratégias de persuasão são exatamente os mesmos, o que nos faz concluir que os interesses mais destacados enquanto *aparelhos*

Vejamos então como *OG* se posiciona perante o Capital durante o Governo Collor. O jornal apoiará integralmente a agenda ultraliberal de Collor – aliás, desde a campanha eleitoral este foi o argumento *oficial* utilizado para apoiá-lo –, embora, como toda a grande imprensa, tivesse reclamado do excessivo peso dos programas de estabilização ao setor privado, como aludimos acima, além da lentidão das reformas, sobretudo a privatização e a abertura ao capital estrangeiro. Seu governismo foi amenizado, por paradoxal que possa parecer, pois, na verdade, considerou a retenção da liquidez punitiva demais às atividades empresariais. Feitas estas ressalvas, seu apoio ao Governo Collor em boa medida fora justificado em razão da efetivação da agenda ultraliberal, agenda esta em que o Capital nacional deveria participar ativamente. O empresariado nacional, contudo, teria se acostumado à proteção do Estado, eximindo-se da competição, entranhando atitudes equivocados, caso, como sempre, dos aumentos abusivos dos preços, entre outras. Por isso, para *OG*:

“Pode-se pôr na conta dos vícios de comportamento do empresário brasileiro o imoderado movimento de remarcação de preços que levou o Governo a reagir pela suspensão do diálogo com o setor envolvido no deslize.

[Trata-se de uma:] “Atitude inaceitável e ‘extremamente grave’, como chegou a dizer o presidente Collor (...)

“(...) os empresários precisam agora se reeducar para conviverem com as regras do livre mercado.

“(...) o comportamento imaturo e a ânsia especulativa entraram em cena para criar um clima de confronto. (...)

“(...) contra eles acabam se insurgindo o bom senso e a bolsa do consumidor. Quem os pratica [estes comportamento] se candidata a repetir o papel (...) do aprendiz de feiticeiro.” (*OG*, 13/06/92).

privados de hegemonia e intelectual orgânico e coletivo do Capital Global são maiores do que suas históricas e/ou eventuais contendas comerciais, por mais que estas possam ser obtusas.

Por fim, a razão para criticar o contrato do *JB* com o Banerj é, em se tratando para de *OG*, paradoxal e cínica, pois: “O que se trata é da compra de apoio político.” (*OG*, 30/04/92).

Embora menos radical do que o *JB* em sua pregação contra determinadas atitudes empresariais, *OG* os critica com os mesmos argumentos e as mesmas imagens utilizados pelo *JB*. A *miopia empresarial* também está por trás das críticas, na medida em que o Capital nacional não estaria se apercebendo da importância de se estabilizar a economia, o que implicaria abrir-se à competição (e fusões) com o Capital estrangeiro. Aliás, *OG* demonstra ser igualmente um defensor do “Capital Global”, o que pode ser observado ao afirmar que: “Sempre queixoso da intervenção do Estado na economia – no que não lhe faltava razão –, o industrial brasileiro jamais se deu conta de que a redoma da proteção contra a concorrência estrangeira era uma das mais perversas manifestações do intervencionismo. Ruim para o País e ruim também para o empresário, acomodado na enganosa prosperidade construída à sombra do Estado.” (*OG*, 30/06/90). Portanto, a efetivação da agenda ultraliberal, encampada por Collor, teria o condão de quebrar estas esperadas resistências empresariais, pois, para o jornal: “O maior atrativo que o Brasil pode oferecer aos investidores externos é a garantia de que avançará, realmente, em direção à plena economia de mercado, com liberdade cada vez maior de movimentação de capitais. Isto inclui a redução da presença do Estado no setor produtivo, menor ingerência nos negócios do setor privado, maior estabilidade nas regras da atividade econômica. (...) o Brasil, carente de tecnologia e recursos financeiros, não pode abrir mão da poupança externa se quer romper as barreiras do subdesenvolvimento.” (*OG*, 04/09/91). Em que pese o argumento central do jornal poder ser definido como “pragmático”, consentâneo à sua tradição – afinal, se o país não possui recursos e o exterior os têm, seria lógico contar com estes –, a questão central diz respeito ao fato de que *OG* ao mesmo tempo em que reafirma sua adesão à agenda ultraliberal de Collor questiona o empresariado nacional sedento pela continuidade de proteção estatal, o que inclui o veto destes capitalistas à abertura da economia.

Portanto, confirma-se que, mesmo tradições díspares – caso dos dois jornais cariocas – confluem quanto ao decidido e ostensivo apoio à liberalização da economia brasileira à luz do que estava ocorrendo nos mais diversos lugares, até porque, segundo o jornal: “Até recentemente, o país era classificado pelos grandes

investidores internacionais como país *não standard* (...)” (*OG*, 28/12/91, ênfases nossas). Logo, o Brasil deveria fazer a sua “lição de casa”, expressa na agenda acima, tal como fizeram ou estavam fazendo outros tantos países, em infrene busca pelo capital estrangeiro. Daí, também para *OG*, a demanda à padronização das políticas macroeconômicas, o que implicaria a efetivação das “reformas estruturais”. O jornal quer, contudo, ver no empresariado nacional um aliado das referidas reformas; mais do que isso, incentiva, propugna, veta e *orienta* as ações empresariais com este fim, procurando dissuadir os empresários tanto da crença no “modelo estatizante” quanto do receio da concorrência internacional em razão da abertura comercial, pois:

“Ainda que atordoados pelos problemas de conjuntura, os empresários brasileiros não podem deixar de desempenhar o papel que lhes cabe na estratégia global. Precisam estar, por exemplo, na linha de frente da privatização, esforçando-se ao máximo para que o programa dê os resultados esperados, no mais curto espaço possível de tempo (...)

“(...) O fundamental é não perder de vista nossa possibilidade real de pôr o Brasil no caminho que já está sendo trilhado no resto do Mundo.”
(*OG*, 16/06/90)

Claro está, portanto, que a *orientação* ao Capital nacional é evidente – como, aliás, em toda a grande imprensa –, obedecendo à mesma lógica do *JB*. Há, porém, uma diferença importante, pois *OG* – assim como a *FSP* e *OESP* – não radicalizou o discurso contra os empresários, exceto eventualmente, como o fizera amiúde o *JB*; atuou (*OG*), ao contrário, com vistas a aproximar o Governo do Capital, aproximação esta considerada ao mesmo tempo “natural” e, infere-se, estratégica. Por isso, ao comentar as renhidas disputas entre ambos, considerou-as não apenas equivocadas como dissonantes de um propósito que teria tudo para ser compartilhado. É este alerta, tanto ao Governo quanto ao Capital nacional, o que um importante editorial, denominado sintomaticamente “Casamento inevitável”, procura fazer, ao comentar as críticas de Collor ao empresariado que, por seu turno, havia questionado o governo em razão da modelagem do programa de privatização:

“Quem é o parceiro do Governo nesse processo? É exatamente o setor privado, território dos empresários (...) E este é o paradoxo: que imediatamente depois do leilão da Usiminas o Presidente tenha falado com tanta impaciência do setor cuja colaboração é indispensável para o sucesso do projeto.

“Poderia ser a deixa que esperam os mais empedernidos estatistas para voltarem à carga. (...)”

“(...) Governo e empresários sempre têm motivos para recriminações mútuas. A máquina do Governo continua a ser, em boa parte, a geringonça descontrolada que justifica a necessidade de privatização. (...)”

“Do outro lado, há empresários que poderiam dar razão a algumas das extrapolações mais duras do Presidente da República: aqueles que ainda não se resolveram a superar o tempo em que viviam basicamente de favores e financiamentos oficiais. (...)”

“O Governo precisa ampliar este círculo de interesse (...) Acusações e suspeitas indiscriminadas (...) colaboram para semear a insegurança; e nesse clima, a cruzada privatista conseguirá apenas preparar o seu próprio fracasso.” (OG, 29/10/91, ênfases nossas)

O papel de *orientação* tanto dos poderes institucionais como do Capital é evidente na passagem acima. A *estratégia* a qual nos referimos possui dois objetivos: primeiro, em relação à necessidade de confluência de ações e posturas, sem as quais a “cruzada privatista” – expressão-chave que indica a clareza do jornal quanto à necessidade da hegemonia liberal ganhar *posições ideológicas* na sociedade para se constituir de fato – fracassaria. Afinal, e eis aqui o segundo objetivo, os adversários da agenda ultraliberal como um todo, e sobretudo da privatização, estariam a postos para inviabilizar sua efetivação. Daí, nesta *guerra de posições*, os aliados não podem se dividir; o papel de *OG* é, então, o de sedimentar-lhes os interesses e chamar-lhes a atenção para os adversários em comum: a esquerda, os funcionários públicos, os sindicalistas, os estatistas e os nacionalistas. *OG* atua claramente como *aparelho privado de hegemonia*, podendo criticar o Governo e o Capital – aos quais respectivamente atua como “porta-voz” oficioso e como representante – como forma de unificar-lhes os interesses e as *ações*. Mas especificamente em relação aos empresários nacionais, o jornal quer lhes “conscientizar” de que o modelo de

acumulação estaria em forte processo de transformação, o que imporia à economia brasileira a necessidade de uma nova inserção internacional; por isso, afirma que: “(...) a esta altura, não há como fugir da necessidade de uma mudança de mentalidade.” (OG, 01/12/90)

Ora, esta postura *de dirigir*, por parte dos órgãos da grande imprensa, e, no caso, de OG, demonstra a absoluta clareza que possuem quanto ao exercício do poder – seja quanto à utilização de complexos recursos editoriais, seja no tocante à sua relação com os pólos de poder, seja ainda no que tange aos seus leitores. É nesse sentido que o jornal em foco, ao comentar a capacidade do Partido Conservador, na Inglaterra, permanecer tão longamente no poder, faz um paralelo com o Brasil, pois: “Depois de 13 anos de governo conservador, isso mostra uma capacidade inusitada de não se deixar impressionar com novidades [o suposto novo discurso do Partido Trabalhista – FCPF]. Isso indica um raciocínio político de longo fôlego – em nada parecido ao dos costumes tropicais.” (OG, 17/04/93, ênfases nossas). A perspectiva de se manter no poder, ou de influenciá-lo decisivamente por um longo período, é, portanto, uma clara demonstração do postulado maquiavélico do Sistema Globo: perpetuar-se no poder. No caso do jornal, isso se dá, entre outras formas, através do caráter camaleônico de suas posições, mas que, reitere-se, neste momento conflui para a *divulgação* da agenda ultraliberal por intermédio, em boa medida, da *vulgarização* de temas e problemas acerca do diagnóstico/proposição da crise econômica brasileira.

No que tange à FSP, que, tal como OG, jamais se notabilizou por um firme perfilhamento doutrinário, sua adesão à agenda ultraliberal é também inequívoca. Da mesma forma que os jornais cariocas se reposicionaram no Governo Collor, ao aproximarem suas ações, a (*camaleônica*, isto é, volátil) *Folha de S. Paulo* se aproximará de seu concorrente (em termos comerciais) OESP, em razão de seu (FSP) oposicionismo radicalizado a Collor, iniciado, como vimos, poucos dias depois da decretação do Plano Collor. É bem verdade que a oposição de OESP se dá por motivações fortemente doutrinárias, diferentemente da da FSP, na medida em

que houve um fator político – a referida “invasão” da Polícia Federal – que se imiscuiu à sua recente reversão liberal. Como este fator marca decisivamente a atuação do jornal, tendo atingido, além do mais, o fulcro de seu cabotinismo, a crítica aos empresários nacionais será diluída na oposição “setor público *versus* setor privado”, com a *FSP* falando em nome deste último. Em outras palavras, o jornal optou por criticar o Estado – a estatização e o intervencionismo –, preservando e mesmo defendendo o empresariado das críticas do Governo Collor, apesar de manter o apoio ao *programa* deste. Embora, tal como toda a grande imprensa, continuasse criticando o “cartorialismo” e o excesso de proteção à economia brasileira, não há uma radicalização contra o Capital nacional. Ao contrário, enfatiza-se tanto o estatismo histórico do Estado brasileiro como a forma autoritária do Governo Collor em eliminá-lo.

Mas é inegável que o episódio da “invasão” de sua sede – que, mesmo tendo sido superestimado pelo jornal aparentemente expressou o cesarismo dos primeiros meses da gestão Collor – não bastaria para explicar o radicalismo oposicionista do jornal, assim como a relativa preservação do empresariado. Ocorre que, diferentemente dos jornais cariocas, tanto a *FSP* como *OESP* possuem ligações mais fortes com o empresariado paulista. Não se trata aqui de bairrismo destes jornais¹⁵ – diferentemente dos periódicos cariocas –, até porque como estado economicamente mais rico da federação, São Paulo, isto é, suas elites, são normalmente objeto de críticas dos outros estados, não tendo motivos para proceder da mesma forma. Nesse sentido, ambos os jornais paulistas de certa forma são mais coniventes com o Capital nacional, mesmo que propugnassem, como o fizeram, pela implementação da agenda ultraliberal, o que implicaria necessariamente a abertura da economia do país. Há, portanto, uma certa separação entre a *adesão ideológica à agenda ultraliberal* que, gostassem ou não de Collor e seu governo, fora iniciado por ele, e o *papel político* desempenhado pelos jornais na gestão Collor. Ambos enxergarão em Collor o “contraditório” intervencionista – na economia e na política – que

¹⁵ E muito menos deste pesquisador.

falava, e em certa medida agia, em nome do liberalismo. Diferentemente do *JB*, que, mesmo sabendo desta disjuntiva, apoiou firmemente o estilo Collor em razão de seus fins – assim como, por outros motivos, também *OG* –, ambos os jornais paulistas procuraram evitar uma forma autônoma em demasia de se exercer o poder encarnada pelo presidente. *OESP* manteve, portanto, sua coerência doutrinária, o que não suprimiu a crítica aos empresários, como veremos, e a *FSP* sentiu que o episódio da “invasão” simbolizaria o início de uma torrente incontrolável, em termos políticos, caso não fosse barrada desde então, no que foi acompanhada pelas elites empresariais, atônitas que estavam com a rapidez com que a agenda desenvolvimentista fora alterada.

Na verdade, antes mesmo da posse, a (sempre crítica do estilo Collor, já durante a campanha eleitoral) *FSP* defende as “elites” dos ataques do presidente eleito. Ao criticar a generalização com que Collor se referia aos “privilegiados” que ganhavam com a inflação, afirma que:

“É um fenômeno bastante previsível, numa conjuntura de extrema crise econômica, que se produza um *movimento de verdadeira ‘caça’ a seus presumíveis culpados*. O ataque às elites não é, nesse contexto, uma característica exclusiva do presidente eleito, que sem dúvida tenta dissipar a imagem excessivamente conservadora que marcou a fase final de sua campanha. (...)”

“*Cumprir encarar com equilíbrio e racionalidade uma questão que, não poucas vezes na história mundial, incentivou perigosas tendências políticas e sociais*. (...)”

“Diante de um modelo econômico amplo, complexo e particularmente perverso, não há como identificar, de um *ponto de vista puramente persecutório*, alguns malfeitores individuais; tampouco será tarefa de um só ‘campeão dos interesses populares’ a reversão desse sistema rumo a uma situação onde a eficiência da iniciativa privada seja capaz de integrar (...) a grande maioria da população aos *benefícios do mercado*. *As declarações programáticas do presidente eleito apontam para um diagnóstico correto* quanto aos setores que deverão ser apenados no ajuste antiinflacionário; o tom populista com que se revestem, entretanto, tende a ser antes um fator de obscurecimento e de atraso político do que de aperfeiçoamento e de superação dos

fundamentos culturais e ideológicos da situação vivida pelo país.”
(FSP, 19/02/90, ênfases nossas)

Esta longa passagem sintetiza claramente a percepção e as ambigüidades do jornal, que, além de desconfiar do estilo Collor de atuar, desde cedo quis barrar seus arroubos autonomistas, pois, além do mais, atingiam sobremaneira o principal empresariado do país, o estabelecido em São Paulo. A alusão aos possíveis desdobramentos de uma tal crítica às elites na história funcionam, portanto, como anteparo e alerta: ao Capital nacional, aos leitores e ao próprio governo a ser empossado. Por outro lado, a adesão *programática* ao diagnóstico/receituário do candidato Collor é coerente com que o jornal vinha pregando nos últimos anos, pois expressa nas séries “Menos Governo, Menos Miséria”¹⁶, publicada, às vésperas do segundo turno, e “Choque de Coragem”, publicada em janeiro de 1990. A ambigüidade reside justamente aí, pois à desconfiança política, rápida e brutalmente confirmada, conviveu, desde a campanha eleitoral, sobretudo no segundo turno, o apoio à agenda econômica pregada por Collor, com vistas, como deixa claro a passagem acima, à obtenção da hegemonia liberal. Esta ambigüidade, portanto, implica uma dimensão fundamental para compreendermos o (re)posicionamento da FSP perante o Governo Collor.

A defesa dos empresários, tanto das críticas do Governo Collor quanto das medidas intervencionistas deste, permeará a posição do jornal durante toda a gestão iniciada em março de 1990. Assim, num editorial intitulado “Limite da tolerância”, defende o grande empresariado nacional, pois, para a FSP: “As declarações proferidas (...) [por] Antonio Ermírio de Moraes, melhor do que a entediante retórica oficial, retratam o clima de verdadeira desorientação e perplexidade que vem se estabelecendo no setor produtivo. O empresário não incorreu em nenhum tipo de

¹⁶ Discutimos esta série de reportagens, entre outros assuntos, em nosso relatório anterior “A Agenda da Transformação: a Grande Imprensa e a Hegemonia Neoliberal no Brasil (A Imprensa Paulista e a *Nova República*)”, publicado pelo NPP, que retrata aos posicionamentos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre 1986 e 1989.

exagero ao afirmar que a política econômica, com seu intervencionismo exacerbado, suas incongruências e paradoxos, está empurrando os produtores ao desespero, e, daí, à ilegalidade – que seria a única opção para evitar o fechamento dos negócios.” (*FSP*, 25/04/91). Portanto, as medidas para acabar com a inflação estariam, em verdade, desestruturando ainda mais o “setor produtivo”, eufemismo de Capital nacional. Observe-se como este argumento distancia-se largamente dos jornais cariocas, mas aproxima-se, como aludimos e veremos abaixo, de *OESP*. *Os quatro periódicos, contudo, convergirão quanto à correta concepção da agenda ultraliberal de Collor, divergindo quanto a ritmos e certos procedimentos, apenas*. A crítica ao governo é a tônica da *FSP* (e de *OESP*), em contraste à crítica ao empresariado brasileiro por parte do *JB* e de *OG*. Estes também criticam o governo, como vimos, mas o fazem de forma muito mais tênue do que os jornais paulistas, que por sua vez também criticam os capitalistas, porém privilegiam seus ataques fundamentalmente ao Governo Collor.

O eixo central da discordância da *FSP* quanto às críticas governamentais ao empresariado diz respeito ao fato de que este seria muito mais uma “vítima” da opressão estatal assim como do *modus operandi* do Governo Collor. Por isso, ao defender o empresariado dos ataques governamentais referentes à suspeição de que aumentariam os preços desmesuradamente, acredita que:

“Pressionado pela ameaça de forte aceleração inflacionária, o governo começa a emitir preocupantes sinais de desorientação. Acena agora (...) com a volta da truculência contra os empresários (...)

“Retorna-se, assim, a um passado recente, mas nada memorável, marcado por tentativas policialescas de contenção inflacionária (...)

“Controles de preços, congelamentos e tabelamentos são formas de ação já desmoralizadas pelas incontáveis vezes em que foram aplicadas sem qualquer resultado duradouro. Trata-se apenas de uma medida paliativa, que impõe ao setor privado distorções crescentes e suscita comportamentos preventivos da parte dos agentes econômicos (...)

“(...) o retorno às ameaças, às tentativas de atribuir a culpa ao setor privado e à ganância do empresariado, apenas enfatiza a inoperância e

a falta de rumos que caracterizam a atual administração da economia brasileira.” (FSP, 05/08/91, ênfases nossos)

Como dissemos, diferentemente dos jornais cariocas a *FSP* não adota o argumento de que o empresariado nacional, em razão de ainda deter o mercado nacional cativo – dada a ainda não desarticulação de todas as barreiras protecionistas e cartoriais –, estaria se aproveitando da crise econômica para reagir preventivamente aumentando os preços. Opta por ver no Governo a fonte dos desequilíbrios, e mesmo de desorientação, quando este adota ou ameaça adotar medidas consideradas “truculentas”, tais como o controle de preços – neste particular, o contraste com a posição do *JB* é notável. Numa palavra, para a *FSP* os empresários nada mais seriam do que “bodes expiatórios” da combinação de incompetência, autoritarismo e messianismo do Governo Collor. Por isso, acredita que somente a efetivação da agenda ultraliberal – articulando-se discurso e prática – resolveria a crise econômica e conferiria credibilidade ao Governo, pois, para o jornal, que aparentemente fala em nome do empresariado: “O país quer unicamente, *como bem resumem os empresários*, produzir, crescer, desenvolver-se. Isso só vai ocorrer, entretanto, quando for superado o obstáculo maior a essa aspiração legítima – o descrédito profundo que acomete o governo federal.” (*FSP*, 09/07/92, ênfases nossas). Portanto, o empresariado apenas estaria reagindo a situações criadas, histórica e contemporaneamente, pelo Governo. É inegável tratar-se de uma postura ao mesmo tempo ideológica e estratégica, e que simplifica – no limite da vulgarização – a crise inflacionária. Esta postura, com os sinais invertidos, é exatamente a mesma por parte dos jornais cariocas, que, desta forma, atentam contra o Capital nacional, preservando o governo. *São estratégias semelhantes, com objetivos também semelhantes, mas com personagens diferentes*. Eis aqui um aspecto central para compreendermos a complexidade da grande imprensa brasileira perante um tema tão fundamental ao país: seu modelo de desenvolvimento.

Estas divergências não podem obscurecer (reitere-se, pois fundamental) o fato de haver tanto o apoio à abertura da economia brasileira como a crítica – embora moderada – aos capitalistas nacionais reticentes à mesma. Afinal, para a *FSP*, o

capital estrangeiro não apenas seria muito bem vindo como deveria ser estimulado, de acordo com que afirma num editorial intitulado “Hora de mudar”, pois: “(...) a urgência de um novo arcabouço legal para os investimentos externos passou a ser uma necessidade, sem a qual o Brasil continuará a ser um exportador líquido de capitais (...) as empresas multinacionais saem em busca de economias com maior grau de eficiência, estabilidade e menor interferência governamental, características notoriamente ausentes da economia brasileira. (...)” (FSP,19/07/91). Ora, toda vez que o **conteúdo da agenda ultraliberal** estiver em causa, os quatro periódicos concordarão, como se observa na passagem acima. *As imagens, pressupostos, lógica e argumentos são tão semelhantes que seria difícil distinguir qual dos quatro jornais teria desenvolvido estas idéias.* Não fosse o estilo editorial de cada um, toda vez que o foco central refira-se ao conteúdo da agenda ultraliberal, as semelhanças obnubilarão as divergências políticas e estratégicas.

Nesse diapasão, a própria *Folha* também irá criticar o empresariado opositor da agenda ultraliberal; o fará, contudo, com muito mais parcimônia, tanto em termos de quantidade de editoriais críticos como em sua acidez. É o que fica claro num interessante editorial intitulado “Abertura à vista”, em que afirma que:

“Uma nova rodada de redução de tarifas alfandegárias (...) dará continuidade ao programa de liberalização do comércio exterior (...)

“A implementação desse programa gera resistência em setores da indústria; alguns chegam até a pleitear uma desaceleração. (...) *é compreensível que produtores domésticos tenham a maior exposição à concorrência externa.*

“*Não parece lícito, contudo, deter o processo de abertura. O Brasil tem hoje uma das economias mais fechadas do mundo (...)*

“*Em vez de reivindicar maior lentidão numa reforma tão importante, cumpre exigir a implementação simultânea de outras ações modernizantes, que poderiam aumentar a competitividade do parque produtivo doméstico.*

“Destacam-se entre elas a simplificação da estrutura de impostos, desregulamentação e privatização. (...)” (FSP, 21/09/92, ênfases nossas)

Claro está, portanto, que embora as críticas sejam as mesmas dos outros jornais sua intensidade é incomparavelmente menor, o que implica, conseqüentemente, uma também incomparável maior compreensão para com os “dilemas” empresariais. O estímulo à adesão à agenda ultraliberal será então a estratégia a ser adotada, mas num contexto de preocupação com o possível sucateamento da indústria nacional – aliás, a *FSP* é, entre os quatro jornais, o que, desde a eleição de Collor, mais refletiu sobre esta importante questão, demonstrando, neste aspecto em particular, uma certa “ética da responsabilidade”, atinente ao seu “pragmatismo”. Com os devaneios do Governo Collor, tais preocupações foram ainda mais aguçadas, embora o apoio à abertura da economia fosse perene e decidida. Esta deveria, portanto, ser realizada através: “(...) de um cronograma de longo prazo capaz de orientar a política industrial brasileira. É razoável o argumento de que há a necessidade de cautela na implementação dessa orientação, no sentido de evitar o sucateamento dos setores industriais menos eficientes e excessivamente protegidos. (...) a redução do protecionismo deve ser promovida de forma gradual, de modo a oferecer uma oportunidade aos produtores internos para se adequarem às novas condições de mercado.” (*FSP*, 07/05/90). Reitere-se tratarem-se de nuances que, embora importantes, não destituem a confluência da grande imprensa em relação aos *objetivos* com vistas à obtenção da hegemonia liberal.

Quanto a *OESP*, seu longo perfilhamento à doutrina liberal – o que não o isenta de inúmeras contradições – fez, como vimos, com que suas desilusões para com o Governo Collor aparecessem tão logo este assumira, pois o choque na economia fora considerado de tal forma intervencionista que contrariava totalmente os ideais proclamados por Collor e efusivamente apoiados pela grande imprensa, sobretudo pelo zelosamente doutrinário *OESP*. Contudo, *OESP* procurará, reitere-se, separar a *agenda ultraliberal* de sua *implementação*, pressionando pela maior coerência entre ambas. Sairá em defesa do “setor privado”, que teria sido fundamentalmente penalizado pelo choque econômico, e criticará o “setor público” por manter-se relativamente imune às conseqüências da quase paralisação da atividade econômica. Tal como os outros periódicos, demandará pela implementação, na íntegra, da

agenda ultraliberal, isto é, abertura da economia ao Capital estrangeiro, privatização total, desregulamentação, reconhecimento da lei das patentes, dentre outras. Apenas o fará com o peso de uma tradição vinculada ao liberalismo.

Para o *OESP*, a referida disjuntiva teria, além do mais, a nefasta conseqüência de distanciar ainda mais – em razão da descrença produzida – o cidadão comum dos valores liberais – o que, para o jornal, seria não apenas um erro estratégico tendo em vista a obtenção da hegemonia ultraliberal, como também o enfraquecimento dos próceres liberais, dadas as resistências à “modernização” da economia brasileira. Por isso, num importante editorial denominado “Liberalismo em novo cenário”, afirma que:

“A mensagem do presidente Collor (...) envolve uma proposta liberal (...) [Contudo:] Não se pode esquecer que este governo começou por implantar o maior intervencionismo já registrado em toda a nossa história econômica: o seqüestro dos haveres financeiros, hoje comprovadamente inútil e (...) injusto. (...) tal decisão teve por efeitos (...) a liquidação da confiança que o público depositava nos títulos do governo e a criação de uma situação que permite às empresas a liberação dos seus bens seqüestrados, sem que tal possibilidade se estenda, por exemplo, à empregada doméstica. Assim, é natural que o público não acredite, realmente, no liberalismo do governo.

“(...) Nada ainda nos permite a certeza de que o déficit público – única fonte da inflação – foi eliminado. Estamos convictos de que, dissipadas entre o público quaisquer dúvidas quanto a isso, a cultura inflacionária terá sofrido grande golpe, ficando ainda mais fácil mostrar aos sindicatos (...) que a livre negociação representa uma grande vantagem para a classe assalariada.” (OESP, 26/06/90, ênfases nossas)

Ora, a crítica à incoerência entre profissão de fé e as ações do Governo Collor será o eixo central do posicionamento do jornal perante o mesmo. Já a clareza quanto à contenda ideológica presente na sociedade brasileira, em que o governo federal seria, paradoxalmente, ao mesmo tempo aliado (quanto aos fins) e adversário (no que tange aos meios), é expressa fartamente nos editoriais. Afinal, a necessidade de avançar na *guerra de posições* que se desenvolvia no país é decisiva para o jornal,

pois, embora o liberalismo estivesse em alta, seus adversários existiam e possuíam poder de mobilização. O projeto hegemônico de *OESP*, portanto, possuidor de credenciais históricas, parece ter absoluta noção da necessidade de persuasão tanto do cidadão comum (aqui o exemplo da empregada doméstica é sintomático) como dos grupos organizados, caso dos sindicatos, que deveriam ser convencidos dos “benefícios” da “livre negociação” dos salários, mesmo num momento de radical recessão, o que demonstra, por outro lado, como o jornal atua como “partido do Capital”, falando em nome, dessa forma, dos interesses patronais, burgueses, em sentido amplo. Mas é também fundamental ressaltar como a sua concepção acerca do foco central (e histórico) causador de problemas, o setor público deficitário e inflacionário – tal exclusivismo representa um claro *sofisma vulgarizador* –, permanece informando os posicionamentos do jornal. Isto fará com que o Capital nacional, mesmo parcialmente criticado, à guisa da *FSP*, será defendido em nome dos valores liberais, incluindo-se, contudo, a aceitação entusiástica de seus congêneres estrangeiros. Além do mais, não se pode desprezar, como já nos referimos, a forte ligação dos jornais paulistas com as elites empresariais, notadamente de São Paulo, embora não se tratasse de uma relação autômata e muito menos desprovida de conflitos.

Esta relação dual da imprensa, e particularmente de *OESP*, com os empresários – aliás, nunca é demais enfatizar que os proprietários dos jornais são igualmente empresários –, pode ser expressa, no jornal em foco, através de determinadas situações modelares. Uma delas, que se assemelha totalmente aos jornais cariocas, sobretudo ao governista *OG* – o que não deixa de ser um paradoxo –, diz respeito às mesmíssimas críticas feitas por aquele periódico, em relação à miopia dos empresariado nacional, devido ao aumento abusivo de preços, ocorrido às vésperas da posse de Collor. Embora *OESP* a tenha feito antes do Plano Collor I, é interessante observar como, uma vez mais, perfis ideológicos tão distintos podem se aproximar em razão de interesses/posicionamentos comuns, desde que se releve o peso das conjunturas, sobretudo a que estamos observando. O episódio em foco é o mesmo comentado há pouco pela *FSP* referente à crítica de Collor às elites

empresariais brasileiras. Curiosamente, o doutrinário *OESP* concordará com as palavras do presidente – é interessante observar a inversão, pois seria mais previsível a volátil *FSP* concordar com Collor do que o vetusto *OESP*. Assim, para este, teria havido “Um alerta às elites” – título imponente do editorial que comenta o episódio –, pois:

“(…) o presidente eleito fez dura e *justa crítica às elites brasileiras*. Elas estão aproveitando o descontrolo da Economia, aumentando os preços ‘de uma forma vergonhosa’. *Só visam a interesses próprios* e, por isso, devem ser combatidas em defesa do interesse nacional. (…)

“(…) [as] *elites brasileiras* (...) *agiram contra si, contra seus próprios interesses futuros*. (…)

“(…) A munição acabou e não há mais armas para combater a hiperinflação que esses *empresários, de forma irresponsável*, vêm precipitando. (…)

“*Pela ganância do lucro fácil e do enriquecimento rápido as elites empresariais brasileiras se estão autodestruindo, deixando de cumprir o papel que lhes foi destinado no processo de desenvolvimento econômico e social do País.*” (*OESP*, 14/02/90, ênfases nossas)

Ora, a profundidade desta crítica – rapidamente amenizada, é bem verdade –, que se utiliza das mesmas expressões do *JB* e de *OG*, trata, em primeiro lugar, o capitalismo de uma forma *moral*, como se houvesse um interesse nacional embutido nos agentes econômicos individuais – tal como, aliás, também o fizera *OG*. Em segundo lugar, e mais importante, cobra e alerta – e aí sim o seu posicionamento é estrategicamente político – ao Capital nacional para que aja com vistas ao “longo prazo”, o que implica relevar a necessidade de reprodução sistêmica do capitalismo, condição possível apenas etão-somente com estabilidade financeira e monetária. Portanto, a “miopia” dos capitalistas, que só pensariam no lucro imediato, levaria potencialmente à sua própria destruição, levando de roldão o sistema como um todo. Mais ainda, o empresariado não estaria se apercebendo de seu papel, ao mesmo tempo econômico e *ideológico*, pode-se dizer, no que tange tanto à reprodução do sistema como à obtenção da hegemonia liberal. A uma tal “cegueira” *OESP* procurará falar sério, numa perene tentativa de *dirigi-los*, mesmo depois da posse e

conseqüente intervencionismo do Governo Collor. Por isso, critica os empresários que teriam tradicionalmente um discurso liberal mas que, quando Collor tentou, mesmo que atabalhoadamente, de fato implementá-lo, mostraram ser “Liberais, pero no mucho”, título de um irônico editorial que comenta as propostas empresariais ao governo, tais como: “(...) aumento do crédito, redução do juro, diminuição de impostos, elevação do investimento público, abertura ‘sem concorrência’, combinação de salários e preços, com tutela estatal e, enfim, reforma das contas públicas. (...) Em outras palavras: mercado livre só é bom em tempo de prosperidade, quando é fácil repassar aumentos de preços.” (*OESP*, 09/07/92).

Apesar do tom sarcástico, o jornal jamais radicaliza o discurso contra o empresariado, pois teme que qualquer radicalização neste sentido pudesse ser uma arma aos adversários – reais e imaginários – do Capital e do capitalismo. Além do mais, e mais importante nesta conjuntura, é que a defesa do “setor privado” teve de ser reforçada em razão do brutal intervencionismo, e autoritarismo, do Governo Collor. Portanto, a defesa da atividade empresarial livre das amarras do Estado será uma frente, aliás histórica, de *OESP*, mas que se coaduna com o combate em outra frente: a do governo Collor no que tange ao seu autoritarismo; o governo, contudo, reitere-se pois fundamental dada a complexidade, será também aliado, em razão da implementação da agenda ultraliberal, e que possui justamente no empresariado nacional um forte fator de resistência. Em outras palavras, governo e Capital são, ao mesmo tempo, aliados e adversários! Afinal: “(...) no afã de combater a inflação e punir a elite empresarial, o governo vai abocanhando poderes sobre a economia que nenhum outro, antes dele, pensou ter.” (*OESP*, 04/01/91). Mas o apoio à agenda ultraliberal em boa medida contrariava os interesses do Capital nacional, sobretudo no que tange à abertura às importações, através da redução das tarifas. Para o jornal: “(...) O que não se pode admitir são medidas que procurem proteger as indústrias contra a importação. (...) pois (...) atenta contra a modernidade.” (*OESP*, 03/12/91).

Este tema representou, em verdade, um verdadeiro nó górdio entre o governo e o empresariado nacional, temeroso que estava de sucumbir ante a competição com

produtos estrangeiros mais baratos, e que, além do mais, poderiam conter subsídios e outras formas de proteção velada. *OESP*, contudo, rejeita liminarmente este argumento, colocando-se integralmente a favor do governo neste aspecto, pois, segundo o jornal, aliás em plena concordância com os outros periódicos, sobretudo os cariocas:

“Não há dúvida de que a redução das tarifas aduaneiras encontra oposição de uma parte importante dos empresários.

(...) todos os países em desenvolvimento que conseguiram levar adiante seus programas de ajuste optaram por uma redução tarifária rápida que não apenas impediu altas de preços diante da ameaça da importação, como também acelerou o processo de modernização da indústria para melhorar a produtividade. (...) a liberdade do intercâmbio, longe de constituir um instrumento de sucataamento [sic] da indústria, comprovou ser um motor de crescimento econômico.

“(...) Convém lembrar que nossas tarifas ainda estão muito altas (...)”
(*OESP*, 29/09/92)

Como se observa, o jornal não acredita e sequer faz ressalvas, como o fizera a *FSP*, acerca da possibilidade da indústria nacional se desarticular com a desproteção do Estado. O fato do modelo “cartorial” estar sendo desmontado – o que inegavelmente implicaria o fechamento de empresas incapazes de se adaptar ao novo ambiente, representando uma saudável depuração do capitalismo liberal – seria mais importante do que os eventuais prejuízos localizados. Dessa forma, a função de *OESP* como “partido do Capital” implica apontar caminhos não necessariamente similares aos que gostariam de trilhar o empresariado nacional. A idéia de que o mundo contemporâneo seria interdependente e que o Brasil estaria atrasado perante os outros países “em desenvolvimento” (e concorrentes, do leste europeu à América Latina) no tocante às reformas liberais, sobretudo as voltadas à absorção de capitais estrangeiros, é defendida por toda a grande imprensa, como vimos. *OESP* não foge à regra, porém sem certas preocupações expressas pela *FSP*, dada a confiança nas fusões entre os capitais nacionais e estrangeiros, “sem prejuízos” para os primeiros.

Conclui-se que, embora os quatro periódicos possuam perfis ideológicos e editoriais diferentes, capacidade empresarial díspar, e se posicionassem e reposicionassem em função de variáveis diversas, todas estas diferenças e assimetrias cedem lugar a uma concordância fundamental: a adesão, em menor ou maior intensidade, à agenda ultraliberal, com vistas à conquista da hegemonia informada por esta agenda.

Vejamos, agora, como a grande imprensa **veta o debate** – em absoluta contradição à sua pretensa pluralidade – ao desqualificar tanto os adversários da agenda ultraliberal quanto as idéias contrastantes ou simplesmente questionadoras seja do conteúdo desta agenda seja da forma de sua implantação. Aqui também haverá uma incrível similaridade entre os diferentes jornais. Esta desqualificação ocorre de forma peremptória, naturalizando posições e crenças concebidas (pela grande imprensa) como corretas, em detrimento de qualquer proposição alternativa, qualquer que fosse. Só há um caminho, uma saída e uma única forma de superar a crise econômica e desenvolver o país: a implementação da agenda em foco.

Mas antes de analisarmos este procedimento é fundamental observar – pois pressuposto às justificativas desqualificantes dos periódicos – o que algumas pesquisas de opinião demonstraram acerca da suposta concordância que os jornais afirmaram existir, por parte da maioria da população, quanto a um ponto central da agenda ultraliberal: a abertura comercial. A pesquisa em questão fora encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em que questionou “O QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA ESTÁ PENSANDO DA ABERTURA COMERCIAL E DA ENTRADA DE PRODUTOS IMPORTADOS?”, assim concluindo:

- “A Confederação Nacional da Indústria promoveu duas pesquisas para responder a essa pergunta. (...) entre os empresários (...) [e] entre os consumidores. (...)”

[Quanto aos consumidores] “(...) houve surpresas. *Muitas idéias correntes se revelaram ser apenas preconceitos.* Apenas 33% dos brasileiros acham que os

produtos importados são melhores do que os nacionais; (...) Há, portanto, um grande exagero quando se afirma que o brasileiro é ‘viciado’ em produtos importados. (...)

“(...) Os consumidores desejariam ter mais acesso aos produtos importados. Mas eles se preocupam muito com as conseqüências sociais – em particular com o seu emprego.

“(...) apenas 33% dos consumidores apoiam uma aceleração das importações. Eles reconhecem a utilidade da abertura comercial mas estão apreensivos com os desdobramentos sociais. Enganam-se, assim, os que acreditam na incapacidade do brasileiro médio de antecipar os fatos. (...)

“*O ritmo da abertura comercial, em qualquer país, exige observação permanente.* (...) Portanto, convém aos condutores do processo observar que essa preocupação é compartilhada por empresários e consumidores que, no fundo, são também os trabalhadores.” (Albano Franco. Artigo publicado em 22/06/92 no Caderno de Economia de *OESP*, pág. 2, ênfases nossas).

A pesquisa desvenda, portanto, o comentário, quase que cotidiano, da grande imprensa acerca da aceitação, por parte da *maioria* dos brasileiros, da entrada de produtos importados, por serem produzidos pelos “modernos” países do “primeiro-mundo”, o que implicaria preços mais baixos e maior qualidade. Este item de certa forma sintetiza, para a população como um todo os termos da agenda ultraliberal. Como o próprio presidente da CNI afirmara, trata-se de uma mística, devidamente estimulada pelos periódicos, que, ao omitirem estes dados construíram um cenário de que a *qualquer* oposição a esta agenda era minoritária, isolada e, desta forma, desprezível. Como se vê, isto não se verifica, mesmo em junho de 1992, data da realização da pesquisa, após, portanto, dois anos e meio de tentativa de implementação da agenda em foco.

Feita esta importante observação, voltemos ao corriqueiro procedimento da grande imprensa em vetar o debate e desqualificar os adversários. Quanto aos itens mais criticados por parte dos que se opunham à agenda, destacam-se a reserva de mercado, sobretudo da informática, e a privatização (a opção e, principalmente, o modelo adotado). Quanto a este, a grande imprensa como um todo – com uma outra exceção esporádica – não discutiu sequer as críticas procedimentais, isto é, questões relativas à *forma e execução* da privatização, temas que inclusive eram levantados por determinados setores adeptos da desestatização. Dois exemplos ilustram esta ausência de debate: o preço mínimo das estatais a serem vendidas e a questão da utilização ou não da chamadas “moedas podres” (títulos da dívida pública de baixa aceitação e rentabilidade). Quanto ao preço, para o *JB*: “É infantil a discussão sobre a avaliação das estatais feita por firmas de conceito mundial, tendo em vista o investimento muito maior feito pelo Estado: o objetivo do reparo é travar o processo e impedir a demissão do excesso de pessoal nas estatais.” (*JB*, 06/04/91). O importante, portanto, é vender, o mais rápido possível e pelo preço que se pagar, e ponto. Nada deveria ser discutido, pois de somenos, embora o que estava em jogo era o patrimônio público. Já *OG*, embora eventualmente esgrimisse uma resposta a certas críticas, acredita que: “A ofensiva contra o processo de desestatização elevou-se a níveis incandescentes pelo fato de capitaneá-lo a venda da Usiminas, siderúrgica lucrativa (...) A suposta lesão ao patrimônio público começaria pelo preço mínimo de venda (...) há (...) *uma conspiração de mentalidades retrógradas trabalhando na construção de um caminho de pedras para esse esforço de atualização do Estado brasileiro.*” (*OG*, 09/08/91, ênfases nossas). Como se observa, os adversários da privatização são estigmatizados e seus argumentos simplesmente desconsiderados. Ora, para a *FSP* não será diferente, pois o embargo judicial temporário à privatização da Usiminas seria meramente uma vitória estratégica dos “atrasados” opositores da privatização, que estariam se utilizando da polêmica em relação ao preço mínimo como um pretexto, pois:

“(...) Não pode se perder [a privatização] em uma discussão sobre o preço pelo qual serão vendidas as ações da estatal. (...)”

“(...) não se pode utilizar esse tipo de argumentos legítimos [sic] para encobrir interesses regionais e eleitoreiros, que são o inequívoco pano de fundo para a ação judicial (...)”

“(...) O pretexto do preço eventualmente incorreto não pode obscurecer o fato de que a privatização é imprescindível, necessária e até emblemática. Já não há, no arco político-ideológico brasileiro, uma só corrente responsável e respeitável que defenda a manutenção de um setor como o siderúrgico em mãos do Estado. Logo, não cabem dúvidas quanto à necessidade e urgência de se privatizar a Usiminas.” (FSP, 07/08/91, ênfases nossas)

Para a *FSP*, portanto, não apenas a discussão sobre o preço é secundária como todos os que levantaram esta questão simplesmente estavam sendo oportunistas – o que significa, sem meias palavras, a desqualificação das idéias e de seus portadores. Já a afirmação de que nenhuma corrente “respeitável e responsável” seria contra a privatização do setor siderúrgico – ou de qualquer outro setor, pode-se inferir – representa o ápice da desqualificação. Afinal, se os que se opõem, em relação ao mérito e/ou à forma da privatização, não são “respeitáveis”, isso implica que “nenhum” dos oponentes o é. Trata-se de uma conclusão lógica, até porque o jornal, em momento algum, assim como qualquer dos seus pares, identificou qualquer setor “responsável” ou “respeitável”. Isto significa que, ser contra a privatização, e conseqüentemente contra a agenda ultraliberal – moderada ou radicalmente, pouco importa –, implica **não possuir qualificação**, o que, na retórica da grande imprensa quer dizer ausência de legitimidade, de compreensão, de interesses nacionais, e presença de “preconceitos ideológicos”. Mas a mesma *FSP* vai mais além, pois, para ela: “(...) Toda a experiência internacional, para não dizer a brasileira, comprova que a concepção de um Estado-empresário implica notórios prejuízos. (...) *A não ser para os poucos que ainda se apegam a teses marxistas* (...) estão mais do que consagradas as vantagens decorrentes de uma audaciosa política de desestatização.” (*FSP*, 25/09/91, ênfases nossas). Esta afirmação sintetiza o que a grande imprensa como um todo disse e repetiu incontáveis vezes, tanto em seus editoriais como em diversas reportagens e matérias que primaram pelo caráter “opinativo” – isto é, pró-

privatização –, embora de forma subliminar, como, aliás, é praxe nos grandes jornais brasileiros.

Se essa atuação é observável até nos jornais não perfilhados – historicamente – à doutrina liberal, mais válido ainda o seria para o mais que secular e conservador periódico, autoproclamado liberal: o jornal *O Estado de S. Paulo*, para quem a controvérsia sobre as moedas “podres” igualmente seria um pretexto dos antiprivatistas; *OESP* defende sua utilização, para fins de privatização, com uma retórica que passa ao largo de qualquer debate, pois, tais moedas: “(...) não são ‘podres’: *podre é o governo*, que não honra seus compromissos e havia encontrado no uso desses títulos (...) o meio de reconquistar um pouco de sua credibilidade no mercado financeiro. (...) *Ao querer eliminar essas moedas do processo de privatização, os autores da proposta só podem ter um único objetivo: acabar com a privatização. (...) com isso tornará impossível a realização de um programa essencial para a modernização do Brasil.*” (*OESP*, 09/04/92, ênfases nossas). Logo, questionar a modelagem do programa de desestatização é, como dissemos, simplesmente apenas um sintoma de oposição ao mesmo, o que implica atentar contra a “modernização” – expressão perenemente utilizada, notadamente no Governo Collor. Em conseqüência, opor-se a estes termos da “modernização” é sinônimo de “atraso”, antimodernidade – afinal, “modernização” possui um sentido único, pronto e acabado para os jornais.

Em outras palavras, não há pluralismo, pois nada se discute seriamente, apenas vulgarizam-se idéias, que são repetidas à exaustão como uma cantilena por todos os principais órgãos da grande imprensa brasileira, que, desta forma, professam as mesmas idéias, através das mesmas palavras e imagens. Não apenas o “pensamento” é único, mas a própria estratégia para fixá-lo. Dessa forma, a “liberdade de imprensa” – ao menos no que tange ao debate de idéias que impactam a sociedade como um todo, tais como as relativas ao modelo de desenvolvimento – foi utilizada, no período em foco, apenas e tão-somente para reiterar, divulgar e vulgarizar, com vistas à obtenção da hegemonia liberal. A partir disso pode-se questionar qual o

valor da liberdade de imprensa, entendida como intermediação privada da opinião, numa democracia se seus mais notórios (e autoproclamados) representantes nada discutem, literalmente embotando o debate. Por paradoxal que possa parecer, a teoria política de corte liberal é colocada em questão a partir desta constatação.

Na grande imprensa, os únicos espaços que poderiam romper o “cerco ultraliberal” por ela montado seriam: a) eventuais artigos assinados de políticos e intelectuais contrários seja à agenda (ou a tópicos desta), seja à sua implementação, mas que se encontravam em minoria absoluta no período de análise deste trabalho; b) eventuais colunistas fixos dos jornais, igualmente minoritários, caso de Janio de Freitas, da *FSP*; e c) eventuais matérias e reportagens que, por motivos diversos – da conjuntura à necessidade de expor a complexidade de problemas, que seriam vulgarizados e simplificados nos editoriais, manchetes, fotos e na imensa maioria da cobertura –, mostrassem contradições e divergências quanto à agenda e/ou sua dinâmica de implementação¹⁷. Vejamos então alguns exemplos mais contundentes acerca de nossa afirmação de que a grande imprensa *vetou o debate*, desqualificando os adversários da agenda ultraliberal, e vulgarizou o conteúdo desta. Começemos por uma reportagem do *JB* que, como vimos acima, afirmara ser “infantil” questionar o preço mínimo das estatais. O interessante a observar é que pessoas insuspeitas, política e ideologicamente (aos olhos da grande imprensa), e envolvidas no processo de privatização, questionaram a avaliação de certas empresas. Tratam-se dos presidentes da Cia. Siderúrgica de Tubarão (CST) e da Usiminas, e que foram nomeados já no Governo Collor; ambos comentaram a seguinte reportagem do *JB* sobre o preço das estatais, pois:

“(...) não concordaram com as avaliações de suas empresas para fins de privatização, divulgados (...) pelo JORNAL DO BRASIL. Os números preliminares

¹⁷ Enfatize-se que o fato de haver colunistas críticos à agenda em foco, ou mesmo a certos tópicos desta, de dentro e/ou de fora dos jornais, assim como certas reportagens questionadoras, de forma alguma suprime o “cerco ultraliberal” que vimos apontando, pois representam uma “ilha num oceano”, isto é, atentam contra um **ambiente ideológico** construído e reiterado sistematicamente. De certa forma apenas legitimam o *falso pluralismo* da grande imprensa.

– US\$ 270 milhões para a CST e US\$ 1,5 bilhão para a siderúrgica mineira – (...) são injustos na opinião dos dois executivos. Além de questionarem os critérios que teriam sido utilizados pelas empresas de consultoria para levantar os preços de venda, consideram que as duas empresas têm grandes possibilidades de gerar lucros futuros. (...)

[De acordo com a reportagem, o presidente da CST teria afirmado que:] “ ‘O BNDES também não está satisfeito. O preço é realmente baixo e os técnicos do banco têm telefonado insistentemente para a CST a fim de checar as informações que foram apuradas pelas consultorias.’ ”

[Na matéria, o presidente da CST explica, em entrevista, não se opôr à privatização:] (...) “ ‘Quando fui convidado para assumir a direção da empresa, a primeira pergunta que me fizeram foi se era a favor da privatização. Respondi que sim. Continuo com o mesmo pensamento e também com a certeza que o governo tem que sair do setor industrial para se dedicar com exclusividade às questões de educação, saúde e habitação. Entretanto, cada vez mais tenho a convicção de que *os critérios precisam ser transparentes e bem discutidos*. Quero ajudar a privatização, e não dificultar o processo’, comenta.” (...) [ênfases nossas].

[Quanto à Usiminas, o seu presidente:] “calcula que o valor patrimonial da usina seja equivalente a US\$ 4 bilhões. ‘Acho que esses números mostrados na reportagem do JORNAL DO BRASIL [US\$ 1,5 bilhão] são prematuros’, diz.”

[Noutra reportagem, mas na mesma cobertura, e intitulada “Avaliação da Usiminas gera maior polêmica”, o texto afirma que o próprio consultor que avaliou o preço da usina considerava a definição de valores um processo complexo e controverso:] “(...) Depois de afirmar que é muito arriscado se definir com exatidão um determinado número, ele lembrou que existem muitas dificuldades neste tipo de avaliação.” (JB, 07/04/91, Reportagem de Janice Menezes e Ronaldo Lapa, com

colaboração de Nairo Almeri, Caderno de Economia, seção Negócios e Finanças, pág. 4).

Estas passagens demonstram cabalmente que não são apenas os adversários da privatização que questionaram o processo – sistema de avaliação do preço, o próprio preço, a utilização das moedas “podres” etc –, o que faz cair por terra a arenga da grande imprensa, a começar pelo *JB*. Corroboram, por outro lado, com a inexistência de debate, pois há apenas vulgarização/divulgação dos temas vinculados à agenda ultraliberal, notadamente a privatização. A reportagem é auto-evidente. O fato de haver matérias com este teor não suprime esta constatação, pois são absolutamente minoritárias e, além do mais, perdem-se em meio a uma miríade de imagens (reais e figuradas), manchetes e uma vasta retórica – incluindo-se necessariamente as “reportagens opinativas” – sobre os malefícios do Estado em contraste aos benefícios do mercado, alardeados como vigentes no mundo todo. Trata-se, portanto, a matéria em foco, de uma exceção que apenas confirma a regra...e a nossa hipótese. Mas há mais. Ainda no caso da privatização do setor siderúrgico – que fora o primeiro e mais importante a ser levado adiante no Governo Collor, e por isso sintetizador do problema em tela –, vejamos a crítica do então senador e empresário Severo Gomes, conhecido por suas posições nacionalistas e por debater temas relativos ao modelo de desenvolvimento do país. Em artigo na *FSP*, afirma que o BNDES:

“(...) desenvolveu nestes últimos tempos uma guerra eletrônica para convencer o povo da conveniência da privatização da Usiminas. Não com argumentos, porque estes poderiam ser discutidos, nas razões mais profundas, ou no processo empregado. Mas através dos elefantes [símbolo da campanha privatizante – FCPF] que enchem a tela das televisões.

“Depois da saturação das mensagens enganadoras que nada explicavam, mandaram fazer pesquisas de opinião pública (...)

“Resumo da ópera: fez-se a avaliação da empresa por uma fração do seu real valor e, além disso, aceita-se no leilão as chamadas ‘moedas podres’ para fingir que ela vai ser paga e arma-se uma campanha publicitária milionária para enganar o povo. Correm até o risco de gastar mais na campanha do que o que receberão no leilão.” (FSP, 20/10/91, seção Tendências e Debates, pág. 3).

Como se observa, a crítica de Severo Gomes em nenhum momento é respondida, ou comentada, pelos editoriais da grande imprensa. Afinal, o autor em foco tocou num ponto fundamental que a imprensa procurou de toda forma omitir: a busca, por caminhos subliminares, via repetição, vulgarização e divulgação, da hegemonia ultraliberal. Por isso não há debate, e sim a reiteração de uma cantilena desprovida de qualquer intuito reflexivo, mas em nome do “pluralismo”, da “modernidade” e da ausência de “preconceitos ideológicos”.

Já um outro tema que renitentemente fora comentado (e vulgarizado) nos editoriais, a reserva de mercado, notadamente da informática nacional, igualmente merece que a reflitamos. Para o *JB*, por exemplo, o legado da proteção teria sido o encurtamento do mercado consumidor brasileiro, em razão dos preços altos e da baixa tecnologia, com o conseqüente atraso em toda a economia, dada a essencialidade da informática ao processo industrial contemporâneo. Portanto, reserva de mercado é sinônimo, para o jornal, de “antimodernidade”. Não bastasse isso: “(...) *O nacionalismo xenófobo e atrasado* (...) estendeu à informática o conceito ultrapassado que definiu na Constituição como empresa nacional aquela com 51% das ações com direito a voto e o poder de decisão tecnológica em mãos do sócio brasileiro. (...) Não deixa de ter razão (...) Roberto Campos (...) quando critica os defensores da indústria nacional de informática por pretenderem barrar a invenção da roda.” (*JB*, 09/09/91, ênfases nossas). Independentemente de qualquer consideração dos argumentos dos que são favoráveis ao expediente da reserva de mercado, sobretudo numa área tão sensível como a informática, o jornal preferiu simplificar o problema e desqualificar seus próceres, taxando-os sistematicamente de “xenófobos e atrasados”. A utilização do escárnio – desqualificante por natureza –, caso da imagem elaborada

pelo ultraliberal Roberto Campos, é contumaz em toda a grande imprensa. Ao lado dessa estratégia a velha contraposição “subdesenvolvimento” versus “primeiro-mundo” aparece com mais força ainda, pois: “(...) A reserva acomodou e isolou vários setores da economia brasileira da modernização tecnológica e da integração registradas nas economias do Primeiro Mundo.” (*JB*, 13/06/91). Assim, proteger as economias nacionais é o mesmo que não adentrar no tão sonhado desenvolvimento do (mistificante) “primeiro-mundo”.

Em *OG* observa-se o mesmo discurso, formulado da mesma forma e com o mesmo tom. Em diversas situações, sobretudo naquelas que envolviam o Conselho Nacional de Informática (Conin) e o Congresso Nacional, a grande imprensa pressionou fortemente pela revisão e supressão desta proteção à indústria nacional. Embora o Governo Collor tivesse enveredado por esse caminho, *OG* critica acidamente os opositores desta “modernização”, pois:

“Está em prática no Brasil uma política que visa a integrar a economia nacional no competitivo mercado mundial. (...) Não se harmonizam a esse esforço de *modernização* – na verdade são seus *antípodas* – instrumentos como a reserva de mercado no setor da informática (...) “É inquietante (...) verificar que sobrevivem no Congresso [em razão da suspensão temporária à constituição de *joint-ventures* – FCPF] grupos que ainda se dispõem a assumir *posições retrógradas com o pretexto equivocado* de que assim se estará protegendo segmentos da indústria nacional.” (*OG*, 27/05/91, ênfases nossas).

Portanto, ser favorável à reserva de mercado é ser “retrógrado”, atentar contra o que ocorre no mundo e (uma vez mais) contra a modernidade – *OG* e o *JB* falam a mesma coisa. Reitere-se que não se discute quaisquer argumentos; simplesmente se rotulam os adversários (da “modernidade”) e encerra-se o assunto. Até determinadas figuras de linguagem – igualmente *pautadas* por Roberto Campos – são a mesma. Por isso, *OG*, ironiza os “ingênuos” defensores da reserva, pois: “(...) Para romper os laços de dependência que condenariam o Brasil ao eterno atraso, era preciso

desenvolver uma tecnologia nacional, *ainda que isso implicasse a reinvenção da roda*". (OG, 18/09/92, ênfases nossas).

Mas esse universo retórico e figurativo em nada se diferencia do da *FSP* e de *OESP*. Para a *Folha*, que, embora eventualmente debata um ou outro argumento dos adeptos da reserva de mercado à informática, a desqualificação dos mesmos é idêntica à verificada nos outros periódicos, pois, ao comentar o mesmo episódio que *OG*, afirma, tal qual seu congênere carioca, que se trata de uma: "(...) *posição retrógrada* de certos setores do Congresso (...) [sendo que:] A *xenofobia extemporânea* dos proponentes da reserva de mercado deve ser combatida. Trata-se de *resquício* de uma concepção de política industrial já esgotada no Brasil (...)" (*FSP*, 27/05/91, ênfases nossas). Como dissemos, até as mesmas expressões são utilizadas, num impressionante espetáculo de homogeneidade. Ora, mas o liberal *OESP* não apenas não fugirá um milímetro desta cartilha como irá além em suas catilinárias contra a proteção à informática e seus defensores. Para o jornal, que comenta, em tom ufanista, as declarações de Collor contrárias à reserva de mercado: "(...) *Os que defendem o atraso* ainda não estão convencidos de que perderam a luta." (*OESP*, 15/06/90, ênfases nossas). Portanto, defender a reserva de mercado, temporariamente ou não, independentemente dos setores e do que ocorre em outros países é "defender o atraso". Trata-se de uma imagem simplista e dicotômica: o bem (os defensores da agenda ultraliberal) devem lutar contra o mal (a esquerda, os nacionalistas e similares). Mas o tradicional e conservador *OESP* estende suas críticas – e de forma generalizante, o que não deixa de ser um mérito, pois denota coerência – a muitos outros setores, porém com a mesma acidez, caso do monopólio das comunicações. Para o jornal:

"(...) A discussão em torno dele serve (...) para que a opinião pública tome consciência da resistência que o nacional-industrialismo, o dos 'cartórios', e a oligarquia (a da burocracia estatal) *opõem a qualquer medida modernizadora* que venha favorecer o consumidor. (...) No caso da informática, os consumidores parece que se cansaram da *lengalenga nacionalisteira*. Esperamos que no das telecomunicações se manifestem

logo, a fim de *que o presidente tenha fortes apoios para vencer o conluio contra o progresso.*” (OESP, 27/07/91, ênfases nossas)

Como se observa, o jornal não se diferencia dos outros periódicos aqui vistos, pois não apenas defende a implementação da agenda ultraliberal como veta o debate, desqualificando, integral e desairosamente, aqueles que defendem idéias contrárias ou simplesmente alternativas às defendidas por ele (OESP) – assim como o faz toda a grande imprensa. A própria utilização de neologismos, típica de OESP, é uma estratégia de reiteração do escárnio para com os adversários. O suposto “atraso” destes, que é enfatizado como uma cantilena, é o pretexto para o embotamento da discussão. Afinal, se os adversários defendem idéias ilegítimas, corporativistas e obsoletas, por que dever-se-ia discuti-las? Este pretexto, ora subentendido ora explícito, oculta, em verdade, o autoritarismo e mesmo o antiliberalismo da grande imprensa que, em nome de verdades supostamente universais e, portanto, inquestionáveis – o que por si só é mais que questionável, pois trata-se de uma postura dogmática –, prescinde de qualquer reflexão acerca do que não seja sua própria retórica. Esta constitui-se, então (ênfatize-se), num **pensamento único**, veiculado por diversas estratégias e adotado (tal pensamento) pelos quatro maiores periódicos do país. Assim, não há discussão e, portanto, pluralismo¹⁸, num claro atentado ao um conceito usado exaustivamente pela própria grande imprensa: a *opinião pública*. Afinal, como esta poderia existir e se desenvolver se as idéias que a formam não são debatidas nos espaços públicos – numa sociedade de massa –, aos quais a grande imprensa se arroga como intermediadora? A resposta é evidente.

Mas esta conclusão necessita ser corroborada, tal como o fizemos em relação ao tema da privatização. Vejamos brevemente, então, como, em raras oportunidades – e nos próprios jornais – artigos e matérias questionaram estas supostas “certezas

¹⁸ Embora toda a grande imprensa se diga vinculada, em maior ou menor medida, aos pressupostos doutrinários do liberalismo, sobretudo no que tange aos seus *aspectos políticos*, sua atuação, como se percebe, é *atentatória aos valores pluralistas*, tais como definidos por liberais clássicos como A. Tocqueville e Stuart Mill. A tirania da opinião, majoritária, no caso destes autores, implica aqui a *tiranía dos que detêm os meios de comunicação*, caso dos jornais em foco. Logo, em nome do liberalismo se pratica o mais tosco *antiliberalismo*.

universais” da grande imprensa. Em *OG*, uma pequena matéria no Caderno de Economia, publicada antes da posse de Collor, dizia em sua manchete – devidamente comprimida no canto inferior direito de uma página interna desta Editoria, ser a “Reserva de mercado, uma polêmica em todo o Mundo”. Nesta, afirma-se que, diferentemente do que a arenga da grande imprensa prega:

- “No âmbito mundial, a reserva de mercado é traduzida por alguns instrumentos de políticas governamentais de proteção e apoio a empresas nacionais. *O controle de importações e as restrições à participação de fabricantes ou de capital estrangeiro no mercado doméstico são mecanismos que já foram ou são ainda usados em países como os Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e todos os integrantes da Comunidade Econômica Européia.*

“*O Japão praticou reserva de mercado para empresas nacionais de semicondutores do final da Segunda Guerra a 1974, e até o ano passado continuava a restringir a participação de fabricantes estrangeiros no mercado doméstico. Na Coréia do Sul a importação de circuitos integrados necessitava de anuência prévia até 1987.*” (*OG*, 04/02/90, Caderno de Economia, pág. 40, ênfases nossas)

Bem, a matéria acima deixa bem claro que os países desenvolvidos (e também os aspirantes a tanto) tradicionalmente se utilizam do recurso à reserva de mercado, que é, portanto, uma forma de se fazer política industrial. Como praticamente todos países citados pela matéria são, por um lado, considerados paradigmáticos pela grande imprensa, e, por outro lado, protegem suas indústrias da competição internacional, tal postura vulgarizante/desqualificadora da grande imprensa denota: a) ou desconhecimento da situação internacional, o que é mais do que improvável; b) ou, em conhecendo, omissão deliberada como forma de implementar a agenda ultraliberal, agenda esta que vai ao encontro dos valores e interesses por ela defendidos, notadamente a maior penetração de capital e tecnologia estrangeiros. Portanto, a simplificação de uma questão tão complexa, assim como sua vulgarização – entre as quais a oposição entre “modernidade” e “atraso” –, com

vistas à divulgação para o público leitor, obedece a uma estratégia retórica intencional. Mas, tendo em vista que o que estava em jogo é justamente o modelo de desenvolvimento do país, uma tal *modus operandi* implica irresponsabilidade e descompromisso para com a constituição de um projeto nacional – por mais que esta expressão possa indicar possibilidades diversas –, e, como dissemos, desinteresse pelo debate, além de um espantoso monolitismo, em perene contraste ao alegado pluralismo.

Ora, mas se esta pequena matéria subsidia esta conclusão, o que dizer novamente do senador Severo Gomes que, num artigo totalmente antitético ao discurso da grande imprensa, expõe em detalhes o protecionismo norte-americano; o artigo é, provocativamente, denominado “O discurso do entreguismo nacional” e diz que:

- *“Benefícios e discriminações existem na legislação e na prática de todos os países, e com muito mais rigor do que a nossa tradicionalmente estabeleceu para as faixas de fronteira ou nos setores de transporte e comunicação. Daí a surpresa com a renitência do governo (...) como se esses preceitos constitucionais [no Brasil, tal como o conceito de empresa nacional – FCPF] fossem um arcaísmo xenófobo e um entrave ao nosso desenvolvimento.*

“A melhor maneira de entender o chamado arcaísmo é conhecer o que ocorre no lado ‘moderno’ do mundo, tão admirado pelos que infestam o governo, Congresso, partidos políticos e círculos empresariais. (...)

“O número 516 dos anais da “American Academy of Political and Social Science, (julho de 91) publicou um estudo sobre as ‘Barriers to Foreign Investment in U.S. and Other Nations’, de autoria de dois economistas do ‘Affairs Department’ do FMI (...)

“(...) [nos EUA:] As restrições ao investimento estrangeiro estiveram historicamente ligadas às questões de segurança nacional. Muitas atividades foram sempre restritas

aos cidadãos e empresas americanas. Neste sentido, ‘para ser considerada americana ela precisa ser organizada e registrada de acordo com a lei americana, com o seu capital votante pertencente a cidadãos americanos em no mínimo de 75%. O controle do capital é freqüentemente acompanhado da exigência de que todos ou a maioria dos diretores sejam cidadãos americanos’. (...)

“(...) O presidente [da República] tem poderes para vetar as compras por estrangeiros, (...) sem limite de tempo. Quer dizer, pode ordenar o ‘desinvestment’, no tempo que quiser e sem direito de apelação. (...)”

“Há hoje no Congresso dos EUA uma plethora de projetos de lei procurando limitar a influência estrangeira sobre a política e a economia. Seria muito útil que a mesa do Congresso mandasse traduzir o texto acima referido para distribuição aos parlamentares, que assim teriam um belo exemplo de como se defende o interesse nacional.” [Severo Gomes, *FSP*, 05/11/91, Seção Tendências e Debates, pág. 3, ênfases nossas].

Como dissemos, se a matéria de *OG* já seria suficiente, nas hostes da própria imprensa, para questionar o estigma que esta impõe aos partidários da reserva de mercado – e do protecionismo como um todo –, o artigo em foco (citado longamente devido à impressionante antítese que representa) expõe de forma cabal como os periódicos, estratégica, renitente e ostensivamente, omitem a complexidade desta questão, entre diversas outras, vulgarizando-as fortemente. O fato do articulista ter citado a contumaz prática protetora norte-americana, em frontal contraste com o que a grande imprensa repetia acerca das “tendências internacionais pró liberalização das economias”, desnuda tanto seu discurso ideológico como seu papel de *aparelho privado de hegemonia*. Em outras palavras, *não há debate porque o papel da grande imprensa não é debater – desinteressadamente ou não, pouco importa – e sim inculcar opiniões e crenças, representar interesses, pressionar os poderes constituídos e organizar demandas e vetos, sobretudo em favor do Capital Global. Daí a divulgação e vulgarização serem plenamente coerentes com o projeto*

político, econômico e ideológico de uma imprensa que prima, portanto, pelo discurso teleológico, monolítico e autoritário. Nesse sentido, uma única ressalva poderia ser feita ao texto acima, pois, quando o autor aponta os setores da sociedade que admiram o “lado moderno do mundo”, desprezando que, neste, a proteção é regra, “esqueceu-se” de inserir a grande imprensa. Tal “esquecimento” talvez possa ser interpretado como omissão deliberada, sem a qual possivelmente nem mesmo este artigo encontraria espaço para publicação nas páginas dos grandes jornais.

Cabe, por fim, notar que, com isso, não estamos afirmando que o modelo “nacional-desenvolvimentista” não possuía enormes problemas, que o Capital nacional não fora excessivamente protegido, em detrimento da imensa massa da população, dentre outras questões já consolidadas pela literatura política. Nosso objetivo não é prescrever ou aderir a este ou aquele modelo de desenvolvimento, e sim demonstrar que havia possibilidades diversas de se rever o modelo brasileiro¹⁹, possibilidades estas passíveis de efetivação *desde que, dentre outros procedimentos, houvesse um amplo debate sobre as mesmas.* Como a imprensa ocupa um papel estratégico – embora contraditório, dado o seu caráter privado, mas que se viabiliza em razão de seus objetivos formalmente públicos – nas sociedades complexas, sua recusa ao debate, como os editoriais²⁰ sintetizam, e, pior, sua desqualificação das idéias e dos grupos considerados adversários implica que a revisão do modelo brasileiro tenha, em boa medida, ocorrido sem discussão. Em outras palavras, os *centros produtores*

¹⁹ Tais como as preocupações das aludidas instituições, sobretudo a Unctad e a Cepal, que defendem uma maior equidade nas relações internacionais em virtude da constatação de que os modelos nacionais de desenvolvimento sofreriam em boa medida os efeitos da ordem internacional.

²⁰ Embora os editoriais sejam o espaço formal para a opinião dos donos do periódico, sua função vai muito além, pois, em primeiro lugar, não há – diferentemente do que quer fazer crer a grande imprensa – uma separação rígida entre opinião e notícia. Ambos os estilos jornalísticos se misturam e confundem-se. Em segundo lugar, a função dos editoriais, além de posicionar formalmente a opinião do jornal (no caso), orienta ideologicamente a postura do jornal, o que não impede, por seu turno, a existência de certas contradições, como se observa. Em terceiro lugar, os donos dos jornais vêm possuindo, progressivamente, um poder muito maior sobre o resultado final das notícias graças aos sofisticados métodos informacionais e gerenciais introduzidos, além da existência de “Manuais de Redação e Estilo” que funcionam como um marcador ao trabalho jornalístico. Por fim, é importante ressaltar os controles – funcionais e ideológicos – exercidos sobre as chefias das editoriais de um jornal. A homogeneização do trabalho jornalístico, no interior de um periódico, já foi comparada às Forças Armadas, dadas a disciplina e hierarquia exigidas.

de ideologia e de receituários, tais como o Bird, o BID, o FMI, determinadas universidades e centros de pesquisa, além de certos Departamentos de Estado de países posicionados no lado superior da ordem internacional – sintetizados no chamado “Consenso de Washington” –, tiveram na grande imprensa, de seus países e dos periféricos, um importante aliado. É isso o que os artigos críticos ao discurso hegemônico permitem-nos concluir.

Vejam, por fim, como a grande imprensa se posicionou perante a crise política que culminou no *impeachment* de Collor e, em decorrência, como se portou perante a posse do vice-presidente, Itamar Franco, tendo em vista a histórica ligação deste às teses nacionalistas. Em ambos os casos a *agenda ultraliberal* continua sendo o foco de nossas atenções. Exceto a *FSP*, que se opôs a Collor por motivações principalmente políticas, os outros jornais, e ainda mais notadamente o *JB* e *OG*, foram muito cautelosos quanto à crise que culminou no *impeachment* do presidente. Demonstraram desconfiar, inicialmente – à guisa do discurso oficial de Collor –, de que se tratavam de intrigas das oposições e de todos aqueles que tiveram seus interesses contrariados, tais como setores do empresariado nacional, sindicalistas, funcionários públicos e outros. Porém, a partir da consolidação das denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, o tom passou a ser de suspeita. Na medida em que as denúncias foram se avolumando, com a conseqüente criação de um clima *pró-impeachment*, em contraste às frágeis justificativas de Collor, a imprensa como um todo aderiu tanto à CPI como, finalmente, à aceitação da culpa do presidente. Até os mais governistas *JB* e, principalmente, *OG*, abandonaram a defesa de Collor. Mas o fato mais marcante é notar a separação promovida pelos quatro jornais entre “crise política” e “agenda de reformas ultraliberais”. Em outras palavras, fosse qual fosse o desfecho da crise, sobretudo se o vice-presidente, Itamar Franco, realmente viesse a assumir a presidência, a agenda não deveria ser modificada. Esta será uma das grandes batalhas a ser envidada pela grande imprensa: a fixação da agenda ultraliberal, independentemente das injunções políticas. A outra, paralela a esta, diz respeito à tentativa de isolamento e (a continuação da) desqualificação dos adversários, agora considerados oportunistas por quererem reverter as “reformas

modernizantes” numa circunstância de instabilidade política. Começemos pelo *JB*, para quem:

“Alguns dos interesses por trás da CPI (...) não demoraram a se manifestar. Estava escrito no gramado que circunda o Congresso, e com todas as letras formadas por sindicalistas e portuários: ‘Fora Collor já.’ *Explicita o desejo oculto dos que querem impedir a qualquer custo que as propostas do governo para modernizar o Estado sejam aprovadas pelo Legislativo.*

“Ninguém mais pode ter dúvidas. Junto ao saudável desejo de moralização da gestão da coisa pública (...) *os arautos do atraso e da manutenção do ‘status quo’ estão pegando carona e lutando para que (...) [se] interrompa a marcha da modernização do país (...)*

“(...) Os radicais da CUT (...) Há muito queriam frear o ímpeto reformista do governo, mas faltavam oportunidades e argumentos convincentes.” (*JB*, 26/06/92, ênfases nossas)

Portanto, o foco central para o jornal é a manutenção da agenda desencadeada por Collor, o que implicaria derrotar os adversários da mesma, mas que, neste momento, teriam, oportunamente, se aliado aos desejos majoritários da sociedade brasileira no tocante à retirada de Collor do poder. Separar os campos, assim como os adversários (fossem eles empresários “cartoriais”, sindicalistas “corporativistas”, nacionalistas, esquerdistas ou simplesmente opositores das idéias liberais), será, como dissemos, a tarefa primordial do *JB*, assim como de toda a grande imprensa. Afinal: “Não há por que confundir o momento político com a economia. (...) Nada deve desacelerar a marcha da modernização (...)” (*JB*, 04/07/92). O jornal é claro e ostensivo em suas proposições e vetos, querendo com isso *dirigir* os diversos segmentos sociais, sobretudo os “reprodutores de opinião” (caso do leitorado) e os centros de poder (em especial o empresariado) e de decisão, notadamente o Congresso Nacional, pois simultaneamente palco da CPI e das reformas “modernizantes”. Para não deixar dúvidas, o jornal aponta, de forma direta, que: “O ideário liberal apresentado na campanha pelo candidato (...) Collor foi aplicado em seu governo (...) já representa resultados que não permitem o retrocesso aos tempos anteriores (...) [Deve-se:] (...) *assegurar a continuidade da agenda ultraliberal*

relativa à modernização”. (*JB*, 02/09/92, ênfases nossas). O título do editorial em foco é também claro, “O Caminho Liberal”, e peremptoriamente aponta as tarefas a serem realizadas. Em outras palavras, se o jornal, em nome justamente da agenda ultraliberal – expressão sintomaticamente adotada neste momento –, apoiou praticamente todos os devaneios e autoritarismos de Collor, não seria agora, justamente no momento em que o país teria, bem ou mal, uma agenda informada por aquele ideário, que se deveria/poderia recuar. Faltaria, portanto, completar a obra iniciada por Collor: daí a pressão brutal para manter a agenda, fixando seus termos e pautas. É por isso que o *JB*, embora tivesse apoiado o *impeachment* – até porque as evidências quanto ao comprometimento de Collor tornaram-se irrefutáveis, assim como a pressão por parte da sociedade –, deixou transparecer uma certa frustração. Afinal, Collor, de um jeito ou de outro estava implementando a agenda, e Itamar Franco seria uma incógnita. Mas como o quadro era muito desfavorável ao presidente, o jornal assim se pronuncia, em editorial de capa, no dia da votação do *impeachment*:

“O apoio que o JORNAL DO BRASIL dispensou ao presidente (...) foi simultaneamente inspirado em razões de ordem política, econômica e moral. Razões essas maiores do que o cidadão Fernando Collor de Mello.

“Desde a campanha, o presidente sustentou, politicamente, o ideário social-liberal, com o qual o JORNAL DO BRASIL sempre se identificou (...)

“(...) Collor, contudo (...) aquiescera com o gigantesco tráfico de influência e de extorsão armado à sua sombra (...)

“Em face de tudo isso (...) o JORNAL DO BRASIL espera que os congressistas (...) votem pela admissibilidade do (...) *impeachment* (...)” (*JB*, 29/09/92)²¹

²¹ É interessante observar que Collor publicou na grande imprensa diversos artigos que procuravam resumir sua proposta acerca do “Social-Liberalismo”. Ocorre, contudo, que a *FSP* descobrira e denunciara que tais artigos foram escritos, em verdade, pelo intelectual liberal José Guilherme Merquior, o que fazia dos artigos de Collor um mero plágio (não declarado portanto). Enquanto a *FSP* criticou acidamente este episódio, considerando, uma vez mais, que Collor perderia ainda mais sua credibilidade com atos deste naipe, o *JB* considerou uma questão de somenos.

Por fim, cabe notar que a expressão “Social-Liberalismo”, para além de incerta representa, no caso do *JB*, uma contradição, pois o liberalismo, embora possuidor de diversas correntes, é, de modo geral, avesso ao caráter

O resguardo da ordem jurídica foi também relevado pelo jornal, que viu na crise política um amadurecimento das instituições do país. Mas a manutenção da agenda ultraliberal foi, sem dúvida, sua grande batalha, até porque (ênfatize-se) suportou todas as inconseqüências de Collor em nome do reformismo liberal.

Mas não será muito diferente o que ocorrerá com o *OG*, com a ressalva de que o *Sistema Globo* possuía, em boa medida, a paternidade da candidatura Collor, o que tornava sua responsabilidade *política* ainda maior, paralelamente à responsabilidade *ideológica* do *JB*. O jornal *O Globo* assume uma postura relativamente distante em relação à crise Collor, isto é, procurou dar pouco espaço, nos editoriais, às denúncias de corrupção que envolviam o governo, possivelmente como forma de preservar a si próprio – *Sistema Globo* –, dada a proximidade seja com o então candidato seja com o presidente. Em outras palavras, estrategicamente *OG* quis ficar apenas com a parte que considerava positiva do Governo Collor – a agenda ultraliberal –, esquivando-se completamente das mazelas políticas, procurando com isso passar incólume ao descrédito governamental. Afinal, *OG* defendeu – e patrocinou, ênfatize-se – ostensivamente a candidatura Collor e manteve seu governismo de sempre até a crise política estourar. Quando a crise se iniciou, o jornal ensaiou, sempre cautelosamente, a defesa do presidente, pois: “(...) Eleito por 35 milhões de votos, ele e o seu mandato merecem o respeito da opinião pública. E o presidente certamente não tem, neste momento, outro objetivo acima da revelação plena da verdade.” (*OG*, 06/07/92). O maior apoio que *OG* deu a Collor foi pressionar para que o voto dos congressistas fosse secreto, tal como rezava o regimento. Mas a cautela fora, reitere-se, o caminho escolhido pelo jornal que, no entanto, tão logo percebera que havia um movimento político/partidário e de massas contrariamente a Collor, isto é, evidências criminais associadas a um clima de

“social” de um sistema ou regime, dada a virtuosidade do mercado em criar e distribuir riquezas. Portanto, para um jornal que se diz tão vigorosamente “liberal” não deixa de ser paradoxal sua aceitação do discurso “social”, à guisa da proposta de Merquior/Collor. Tal aceitação, contudo, se justifica em razão de seu mero caráter retórico, além do mais facilitador da viabilização dos pontos nucleares da agenda.

opinião anti-Collor, literalmente “abandonou” sua sustentação política²². Isso, contudo, de forma alguma alterou seu apoio à manutenção da agenda ultraliberal, à guisa do *JB*; ao contrário, pois levaria ao estabelecimento de prioridades, ou seja: “(...) não leva esse episódio maligno [as denúncias de corrupção – FCPF] ao topo das preocupações nacionais; ali permanece, insubstituível, a inflação.” (*OG*, 29/05/92). E para debelar esta última o único caminho possível seria dar continuidade à implementação da agenda ultraliberal. É esta a posição do jornal – como aliás de toda a grande imprensa –, afirmada num importantíssimo, pois sintetizador, editorial intitulado “O que não muda”:

²² Pode-se observar como de fato Roberto Marinho e suas instituições abandonaram Collor na seguinte carta-resposta do dono das *Organizações Globo* a uma carta enviada pelo então presidente, carta a qual solicitara apoio. Vejamos trechos de ambas, publicadas no *OG*. Collor procurou citar trechos de um livro autobiográfico de Roberto Marinho, chamado “Trajetória Liberal”, em que se relata tanto a defesa do Governo Sarney (por parte do *Sistema Globo*) contra uma CPI que investigava corrupção naquele governo, como a auto-defesa de Roberto Marinho às conclusões de uma CPI que vigorou em meados dos anos 60 para investigar a participação ilegal da Time Life na criação da Rede Globo. Para Collor, os mesmo argumentos deveriam ser usados em sua defesa, agora. Por isso, assim concita o empresário em tom silogístico e indireto:

-“Meu caro Doutor Roberto, espero que o Amigo tenha a generosidade de compreender que o estado de espírito em que me encontro levou-me a estender esta carta além do seu objetivo de lhe manifestar meu reconhecimento por sua atitude pessoal para comigo. (...)” (*OG*, 06/07/92, pág.3).

A resposta de Roberto Marinho impressiona tanto por dar a entender a paternidade da candidatura Collor (mesmo que de forma amenizada) como pela demonstração de que política e amizade são esferas distintas; esta carta fora publicada ao lado da carta de Collor, e dizia que:

- “Sempre dialogando em torno dos problemas que nos assolam, sem uma palavra explícita sobre sua rota, *você subliminarmente levou-me a perguntar quando iniciáramos a sua campanha para a Presidência da República. A resposta, sem ênfase, foi: quando o senhor quiser. No dia seguinte (...) combinei junto com você a data. (...)*

“(...) A Nação retém os lances dos seus êxitos, suas vacilações e seus reveses nesses dois anos. E enquanto O GLOBO registrou com isenção, nas suas páginas de informação e de opinião, todos esses eventos, conseguimos manter em nossas relações pessoais um diálogo de entendimento e de franqueza à margem de discordâncias ou convergências nos nossos passos.

“(...) *estamos continuando a nossa sólida amizade, com respeitadas franquezas de parte a parte, mesmo neste instante dramático da vida brasileira.*

“*As suas palavras me permitem crer que seremos personagens de melhores dias. (...)*” (*OG*, idem, ênfases nossas).

Note-se que ambas as cartas foram escritas a pouco mais de dois meses do *impeachment*.

Por fim, o “abandono” a Collor pode também ser observado num editorial em que o jornal afirma ser Collor: “(...) um presidente que se elegeu sozinho. [sendo que] (...) a vida política não se faz sem partidos.” (*OG*, 09/08/92). Mais do que abandono, ressalte-se a “contradição” do jornal em apontar a fragilidade partidária de Collor, pois jamais a revelara. Em verdade, trata-se do esforço do *Sistema Globo* não submergir junto com o impedimento do presidente. Daí sua calculada desvinculação.

“A expressão ‘modernidade’ entrou em voga desde o início do Governo Collor (...)

“Uma mudança no perfil do Estado, tão profunda que chegue a transformar as relações entre o Estado e a sociedade, é parte crucial do avanço em direção à modernidade. Outra é uma nova visão do capital internacional (...) O combate rigoroso à inflação desenvolve-se em articulação com as metas da modernidade.

“(...) Collor mostrou sensibilidade política ao identificar os caminhos apontados pela história e ao buscar neles a sua bandeira. (...) as políticas da modernidade não lhe pertencem, nem deveriam morrer no evento de um final abrupto de seu mandato.

“Algumas estratégias e posturas são partidárias; outras (...) São suprapartidárias; pertencem ao momento histórico, à Nação inteira. No caso da modernização, e no liberalismo passado a limpo e atualizado que ela representa, pode-se dizer que seu cenário é o mundo todo. (...)

“O atual programa de governo (...) é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos.” (OG, 01/09/92, ênfases nossas)

Como dissemos, este editorial resume o pensamento de *OG* e da própria grande imprensa como um todo, dadas a articulação entre “modernidade” e “liberalismo” e a universalização do reformismo liberal, que, deste modo, perde conotações partidárias e/ou ideológicas. Portanto, com ou sem Collor o ponto central é manter a agenda, o que implica, neste momento, fixá-la perante a “incógnita” representada por Itamar Franco. Também o combate aos adversários da “modernização” e da “agenda ultraliberal” igualmente fora levado adiante, pois: “No bojo da campanha pelo *impeachment* (...) algumas correntes políticas tem-se aproveitado para ressuscitar bandeiras contra a privatização, numa tentativa de trazer insegurança para o mercado e tumultuar o processo. (...) [as] iniciativas no campo econômico, nada têm a ver com (...) os escândalos (...) *A opinião pública não confunde a política privatizante com (...) corrupção* (...)” (*OG*, 05/09/92, ênfases nossas). Dessa forma, *OG* e o *JB* estão, uma vez mais, defendendo as mesmas posições, contra os mesmos adversários e com as mesmas imagens. Até os estilos se parecem, inclusive no que tange à preocupação, também corriqueira, para com a “governabilidade”, isto

é, a capacidade do Executivo (sobretudo) tocar o dia a dia da administração e principalmente ter condições políticas de levar adiante a agenda ultraliberal.

Ora, mas os *oposicionistas* jornais paulistas também falarão, em uníssono, o mesmo que os *governistas* cariocas, numa incrível semelhança. Quanto à *FSP*, inegavelmente a crise política teve um gosto de vingança – afinal, seu oposicionismo fora, durante todo o governo Collor, essencialmente político, em dois sentidos (ênfatize-se): no que tange ao temor da extrema autonomização de Collor e particularmente quanto à afetação de seu cabotinismo com a “invasão” da Polícia Federal em sua sede. Já *OESP* enfatizou a necessidade de manutenção da ordem jurídica. Ambos, contudo, por motivos relativamente diversos, dados os seus perfis, cerrarão fileiras à preservação da agenda ultraliberal. Vejamos então como a *Folha de S. Paulo* reitera o que os jornais cariocas estavam dizendo:

“Tem sido freqüente, nas áreas governistas, a tentativa de apresentar a CPI (...) como um entrave ao encaminhamento de reformas estruturais e de medidas necessárias ao processo de modernização do Estado. (...) entretanto (...) a realidade dos fatos não corresponde às versões oficiais. Longe de encontrar-se paralisado pelas atividades da CPI, o Congresso tem conhecido, nestes últimos tempos, uma considerável agilização de seu processo decisório. (...)

“(...) muitas das propostas encaminhadas pelo governo correspondem, hoje, a um programa de modernização praticamente consensual na sociedade. Não se encontram focos de resistência séria a uma agenda de liberalização da economia, de extinção dos privilégios e de racionalização do Estado (...)

“O grande obstáculo na implantação de uma *agenda liberal* surge exatamente daquele que teve o mérito de lançá-la, com ênfase, ao *debate público* – o próprio presidente Collor. É (...) o total desaparecimento, de sua credibilidade (...) o principal fator de dificuldade para o desenvolvimento de um programa que o Congresso (...) parece finalmente disposto a encaminhar (...)” (*FSP*, 12/07/92, ênfases nossas)

É muito interessante observar, antes de tudo, como o Congresso Nacional, tradicionalmente uma instituição questionada pela grande imprensa – seja por obstar

a agenda ultraliberal em sua íntegra, seja por praticar fisiologismo e corporativismo, entre outras críticas –, passa a ser considerado um aliado pela *FSP*, em dois aspectos: por estar investigando o Governo Collor e por encaminhar certas reformas da agenda em foco. Dessa forma, a crítica ou o aplauso aos poderes constituídos depende, em boa medida, da correlação de forças numa dada conjuntura, entre outras variáveis. No caso do jornal, que também criticara o Parlamento em razão de, muitas vezes, ter ou obstado ou arrefecido o ritmo das reformas liberais, agora passa a tê-lo como um aliado primordial tanto para tirar Collor do poder como para dar continuidade às reformas iniciadas mas que corriam risco de ser paralisadas devido à crise política. Em outras palavras, trata-se da mesma posição, com ênfases diferentes, das adotadas pelo *JB* e *OG*. As mesmas premissas da “modernização” e da “agenda ultraliberal” – expressões igualmente utilizadas pela *FSP* – estruturam o argumento do jornal. Assim como a crítica aos adversários, tendo-se o mesmo objetivo de isolá-los e desqualificá-los, pois, como já fizera antes, não vê seriedade neles – o que implica um brutal autoritarismo, na medida que não enxerga seriedade em todo e qualquer argumento que contrarie a agenda ultraliberal. Logo, uma vez mais, trata-se de um pensamento único, até porque o “consenso” observado pela *FSP* exclui toda e qualquer oposição organizada e, além do mais, omite que as pesquisas de opinião – um balizador para os jornais – não apontavam um quadro em uníssono, tal como a grande imprensa pintara no que tange à aceitação da agenda em questão.

Por outro lado, se o grande obstáculo, embora paradoxal, à modernização seria o próprio Collor, com o seu afastamento o Congresso, agora aliado, poderia completar a obra iniciada pelo presidente deposto. A *FSP* procura, portanto, igualmente separar a crise política das reformas ultraliberais, preocupando-se, além do mais, com a “governabilidade”, tal qual *OG*. Mas o aspecto que mais nos chama a atenção diz respeito à afirmação de que Collor lançara ao “debate público” a discussão sobre a “agenda ultraliberal”. Dado o monolitismo que estamos aqui observando, em que a grande imprensa se utiliza até das mesmas expressões para reiterar a agenda ultraliberal – com nuances insignificantes – e desqualifica brutalmente os

adversários, denominar tal quadro de “debate público” apresenta-se como ironia. Em verdade, significa apenas uma estratégia com vistas a passar a impressão de que a “razão” dos argumentos teria encontrado na História sua verificação, daí sua irrefutabilidade. Um exame mais detido apresenta, contudo, conclusões bem diferentes das apresentadas pela grande imprensa. Por seu turno, *OESP* também não fugirá à regra, pois *inicialmente* se apegará à ordem jurídica, na medida em que afirma que os “ritos processuais” em relação aos acusados não teriam sido respeitados.

Como se observa, a grande imprensa continuará, findado o período Collor, arraigadamente apegada à implantação da agenda ultraliberal. Apenas houve certos reposicionamentos *políticos*, permanecendo inalterado contudo a pressão, estabelecida nos termos de uma *guerra de posições*, no sentido de não se misturar a crise política com as reformas liberalizantes, assim como fixar a agenda para o vice-presidente que assumiria. Quanto a este último aspecto – o Governo Itamar Franco, entre outubro e dezembro de 1992, isto é, da interinidade à posse definitiva –, vejamos brevemente os reposicionamentos da grande imprensa, à luz, uma vez mais, da agenda ultraliberal.

Pode-se dizer que apenas o *JB* – por paradoxal que possa parecer – manteve (pois iniciado desde Collor) seu novo papel *governista inveterado*, na medida em que procurou sustentar politicamente seu governo, e sobretudo influenciar-lhe ideologicamente, com vistas à não reversão da agenda ultraliberal. Já *OG* posicionou-se de forma relativamente distante, isto é, jamais se empolgou com seu governo – fato pouco usual em sua história –, tornando-se crescentemente crítico de suas ações, pois consideradas antitéticas à “modernização” iniciada por Collor. Deixou transparecer um certo saudosismo do governo destronado, pois o cerne de suas críticas voltou-se ao (considerado) recuo nacionalista do Governo Itamar Franco. Nesse sentido, curiosamente aproximou-se de *OESP* – certamente o mais crítico dos periódicos para com o novo governo –, que desferiu críticas fundamentalmente doutrinárias à nova gestão. Já a *FSP*, embora manifestasse apoio

político ao novo governo – em razão tanto de sua renitente oposição a Collor como da necessidade de “governabilidade” –, também mostrou-se bastante crítica no que tange às consideradas reversões nas reformas liberalizantes. Em outras palavras, o (outrora?) doutrinário *JB* permaneceu governista, sendo o único periódico a atuar desta forma; o histórico governista *OG* tornou-se muito mais independente do governo, esgrimindo críticas ideológicas à gestão Itamar, tendo a companhia de *OESP*, e da *FSP*, que, embora emprestasse apoio político postou-se muito criticamente às consideradas hesitações do novo governo quanto à agenda ultraliberal. Portanto, *OG* (por razões políticas, isto é, ligação com o antigo governo, e ideológicas, referente à agenda ultraliberal) e *OESP* (por motivações primariamente doutrinárias) aparentemente não deram nem apoio político nem ideológico ao Governo Itamar, representando portanto a antítese do *JB*. A *FSP*, por fim, parece ter optado por uma posição intermediária, pois ao apoio político correspondeu a crítica doutrinária. Nuanças e reposicionamento à parte, a cantilena do reformismo ultraliberal continuou sendo esgrimida pelos quatro periódicos, que, desta forma, continuaram atuando em uníssono no que tange à continuidade da reversão do modelo brasileiro. Da mesma forma, os eternos adversários continuaram sendo desqualificados. As mudanças na conjuntura não poderiam alterar as reformas ultraliberais: esta a síntese do que continuou falando a grande imprensa.

III. À GUIA DE CONCLUSÃO

Procuramos demonstrar, neste trabalho, como, numa conjuntura particularmente decisiva, a grande imprensa se posicionou e reposicionou perante temas político/ideológicos, entre os quais destacam-se: a) a expectativa quanto ao Governo Collor; b) o Plano de combate à inflação; c) o estilo Collor de governar; d) a relação com o Capital; e e) a crise política que redundou no *impeachment*; entre outros. Contudo, um fio condutor permeou todos estes temas: a implementação da agenda ultraliberal, cujo desdobramento foi a relação com os adversários desta, e conseqüentemente da grande imprensa, embora tratados como “inimigos”. Em outras palavras, a luta pela

obtenção da hegemonia ultraliberal aproximou jornais com histórico e perfis muito diferentes entre si. A grande imprensa, portanto, propôs as mesmas políticas, desqualificou da mesma forma os mesmos adversários, procurou *dirigir* a sociedade – sobretudo os centros decisórios e outros pólos de poder, como os empresários –, formulou as mesmíssimas imagens acerca da “modernidade” e da inserção do Brasil no (mágico) “primeiro-mundo”, entre outras formas de agir. Embora os periódicos tivessem se posicionado de forma díspar, isto é, apoiado ou criticado o governo em vigência, e tido uma maior ou menor transigência para com grupos (como os empresários) e instituições (caso do Congresso), o fato marcante diz respeito à confluyente adesão às reformas liberalizantes, espelhadas no que “ocorria no mundo”. Isto implicou relacionar reformas na URSS e na Bolívia, por exemplo, como se fossem as mesmas, estando o Brasil, desta forma, dissonante da “modernidade”, o que significaria perder o “bonde” da história.

A rigor, os periódicos em foco avaliam a História, da qual são contemporâneos, à luz dos interesses (complexos) que representam, da visão de mundo que possuem e das estratégias político/ideológicas que adotam tendo em vista as vicissitudes da conjuntura. Estes aspectos implicam fundamentalmente assumir determinados papéis, tais como atuar como *aparelhos privados de hegemonia*, como partido do “Capital Global”, adotar ora a “ética da responsabilidade” ora a “ética da convicção”, *dirigir* a sociedade, sobretudo determinados pólos de poder e centros decisórios, *organizar* interesses, o que implica muitas vezes promover campanhas propositivas e também voltadas ao “veto” a políticas, grupos, movimentos e pessoas – todos estes papéis imiscuem-se ao caráter empresarial dos jornais, fazendo com que sua atuação fosse marcada pela “contradição lógica”, mas plenamente coerente em temas de dominação.

Por fim, cabe dizer que o papel da grande imprensa efetivamente não foi o de discutir idéias, embora seus órgãos afirmassem expressar as diversas “correntes de opinião”. Seu papel fundamental na conjuntura em questão foi obter a hegemonia, o

que implicou um verdadeiro “vale tudo” político/ideológico, tal como numa guerra, que, no caso da contenda ideológica, manifesta-se como *guerra de posições*.

V. BIBLIOGRAFIA

ALBARRACIN, Jesus et alii. *La Larga Noche Neoliberal - politicas economicas de los 80*. Madrid, Icaria Editorial, 1993

BASTOS, Pedro P. Z. *A Revolta dos Financistas: a Política dos Objetivos Econômicos Nacionais na Era da Transnacionalização Capitalista*. Campinas, Depto. de Ciência Política/Unicamp, dissertação de mestrado, 1996

BORIN, Jair. *A Notícia e suas Versões, no Espaço e no Tempo dos Grupos de Pressão (de rabo preso com a classe dominante)*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes/USP, tese de doutoramento, 1987

BORIN, Jair. *Imprensa: Empresas e Negócios. Um perfil quantitativo-qualitativo do mercado da notícia no Brasil*. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes/USP, tese de Livre-Docência, 1993

COLANDER, David C. e COATS, A. C. (eds.) *The Spread of Economic Ideas*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989

DOSTALER, Gilles et ETHIER, Diane. *Friedrich Hayek - philosophie, économie et politique*. Paris, Economica, s/d

FRANCO, Carlos A. Di. *"O Estado de S. Paulo": Perfil de uma Mudança*. São Paulo, Faculdade Casper Líbero, dissertação de mestrado, 1990

- HALL, Peter A. (ed.) *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. New Jersey, Princeton University Press, 1989
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. S. Paulo, Loyola, 1989. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis, Vozes, 1998. Tradução de Wanda C. Brant.
- KREINZ, Glória A. R. *Ideologia, Notícia e Mercado. A Pós-Modernidade Tecnocrata da "Folha de S. Paulo"*. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes/USP, tese de doutoramento, 1990
- LASKI, Harold. J. *Reflexões sobre a Revolução de nossa Época*. S. Paul, Cia. Ed. Nacional, 1946. Tradução de Isa S. Leal e Enio Silveira.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Médias et Contrôle des Esprits*. Paris, Manière de voir 27, août, 1995
- MOSCA, Lineide do L. S. *A Subjetividade no Editorial. Uma Análise Retórico-Argumentativa da Adjetivação*. São Paulo, Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas/USP, tese de doutoramento, 1990
- MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade. Estudos sobre a estrutura social moderna*. R. de Janeiro, Zahar, 1962. Tradução de Waltensir Dutra.
- PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press. Journalism and economic opinion in Britain and America*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990
- PADIOLEAU, Jean-G. *Le Monde et le Washington Post. Précepteurs et Mousquetaires*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. R. de Janeiro, Campus. 1980. Tradução de Fanny Wrobel.

SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes. The Economist as Saviour*. London, The Pinguin Press, s/d

VADELL, Javier A. *Neoliberalismo e Consenso na Argentina (1976-1991)*. Campinas, Depto. de Ciência Política/Unicamp, dissertação de mestrado, 1997

VALDÉS, Juan G. *Pinochet's Economists. The Chicago School in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995

VILLARREAL, René. *Liberalismo Social y Reforma del Estado. México en la era del capitalismo posmoderno*. México, Fondo de Cultura Económico, 1993